

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

PEDRO GUSTAVO DE SOUSA SILVA

CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS NA POLÍTICA BRASILEIRA: GOVERNO
LULA E OS PARTIDOS DE ESQUERDA (2003-2006)

FORTALEZA
2008

PEDRO GUSTAVO DE SOUSA SILVA

CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS NA POLÍTICA BRASILEIRA: GOVERNO
LULA E OS PARTIDOS DE ESQUERDA (2003-2006)

Monografia submetida à Coordenação do
Curso de Ciências Sociais da Universidade
Federal do Ceará como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em Ciências
Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Auxiliadora
Lemenhe.

Fortaleza
2008

PEDRO GUSTAVO DE SOUSA SILVA

CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS NA POLÍTICA BRASILEIRA: GOVERNO
LULA E OS PARTIDOS DE ESQUERDA (2003-2006)

Monografia submetida à Coordenação do
Curso de Ciências Sociais da Universidade
Federal do Ceará como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em Ciências
Sociais.

APROVADA EM _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Auxiliadora de A. L. Lemenhe (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará – UFC

Profa. Dra. Rejane Maria Vasconcelos A. de Carvalho
Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof. Dr. Francisco Uribam Xavier de Holanda
Universidade Federal do Ceará – UFC

Aos meus pais, seu Geovar e dona
Graça.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas são merecedores dos meus agradecimentos neste momento da minha vida acadêmica.

Primeiramente, sou grato ao apoio e confiança dos familiares. Aos meus pais, seu Geovar e dona Graça, pelo amor e dedicação sempre presente para com seus filhos. Aos avôs e avós – seu Neu (*in memorian*), dona Chiquinha (*in memorian*), seu Luiz e dona Tereza –, pelos exemplos de companherismo.

À Pricila, pelo carinho fraterno. Às primas, Karine e Romaria, pelo convívio amigável nestes últimos anos. As tias Valdiva, Êda, Hercília e Marina, pela atenção e muitos momentos de alegria.

Aos companheiros, amigos e colegas do grupo de estudos do governo Lula, com quem discuti as problemáticas deste trabalho nos últimos três ou quatro anos: Edilberto, Marcos Paulo, Monalisa, Paula e Emmanuel.

Aos amigos e colegas do curso de Ciências Sociais, com os quais vivi muitos momentos de descontração e discussões importantes para minha formação pessoal e acadêmica: Camilla, Neto, Márcio, Rogério, Artur, Teresa, Eduardo, Edson, Pedro Júnior, Joannes, Tiago Moreno, Fenna, Sabóia, Bulim, Mário Sérgio, Reginaldo, Carla, Brenda, Emídio, Tiago Montalverne, Zezinho, Bárbara, Lara, Tessiana, Clayton, Sócrates, Tiago Carlos, Madeixas, Barata, Janara, Beteraba e Viviana.

Aos amigos e irmãos de longa data: Ivo, João Paulo, Wlysses, Alessandro, Diego, Samara, Aline, Wilker, Pedro, Kelsin, Frankelmo, Milton, Renata, Rozana, Saulo, Aricélio e Valdo.

Ao companheiro Flávio, que mesmo com o pouco tempo de convivência se tornou uma referência de pessoa para mim.

Aos professores do curso de Ciências Sociais – André Haguette, Alba, Valmir, Uribam, Rejane, Domingos Sávio, Lea e Isabelle –, pelas descobertas nas veredas da ciência. Aos professores da banca, Uribam e Rejane, reforço meus agradecimentos por aceitarem o convite.

Ao CNPq, pelo suporte financeiro neste último ano de graduação.

À professora Auxiliadora, pela dedicação, confiança e compromisso constantes nesses anos de descobertas. Obrigado por tornar possível a realização deste trabalho.

RESUMO

A vitória do PT nas eleições presidenciais de 2002 inaugurou um quadro completamente novo no cenário político brasileiro. No contexto pós-regime militar, pela primeira vez os partidos de esquerda tem a oportunidade de “ser governo” no âmbito federal a partir da campanha vitoriosa de Lula. Eleito com uma votação significativa, Lula compõe o governo com forças políticas de diversas matizes ideológicas. Neste trabalho procuro entender a dinâmica da relação entre os partidos políticos de esquerda e o governo Lula no primeiro mandato (2003-2006). No decorrer deste período os partidos de esquerda se dividem em dois blocos diante do governo Lula: um deles apóia a gestão, mesmo tendo conflitos com o governo; o outro bloco das esquerdas assumiu a postura de oposição, acusando o governo de traidor. Apresento as duas teses, os agentes construtores delas e os elementos que as fundamentam.

Palavras-chave: Governo Lula; Partidos de esquerda; Teses das esquerdas.

ABSTRACT

The victory of PT in the 2002 presidential elections opened a completely new framework in the Brazilian political scenario. In the post-military context, for the first time the political parties of the left have an opportunity to be the federal government from the winning campaign of Lula. Elected with a significant vote, Lula composes the government with political forces of various ideological hues. In this work, trying to understand the dynamics of the relationship between political parties of left and the Lula government in the first term (2003-2006). During this period the parties of the left were divided into two blocs front the government Lula: one of them supports the management, even taking conflicts with the government while the second one assumed the posture of opposition, accusing the government with treason. I present two theses, it's authors and the elements that based.

Keywords: Lula government; political parties of left; theses of the left.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. AS ESQUERDAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.....	13
1.1. Origens do PT	13
1.2. “Trade-off” eleitoral petista e a reorganização das esquerdas.....	15
2. AS ELEIÇÕES 2002 E A FORMAÇÃO DO GOVERNO LULA	21
2.1. As Eleições 2002 e a polêmica da parceria Lula-José Alencar	21
2.2. Formação do governo Lula.....	25
3. GOVERNO LULA E OS PARTIDOS DE ESQUERDA	33
3.1. Dinâmica de convergências e divergências: início da gestão Lula	33
3.2. Convergências e divergências na segunda metade do governo (2005-06)	42
4. TESES DAS ESQUERDAS SOBRE O GOVERNO LULA	49
4.1. “Governo em disputa”	50
4.2. “Governo traidor”	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	64

INTRODUÇÃO

Este trabalho versa sobre a relação entre o governo Lula (2003-2006) e os partidos de esquerda. Depois de vinte e dois anos de oposição no âmbito federal e três derrotas nas eleições presidenciais, o PT assumiu a condição de governo rodeado por um amplo leque de forças políticas de diversas matizes ideológicas. No campo das esquerdas, constava no rol de apoiadores do governo Lula importantes movimentos sociais e partidos políticos: MST, CUT, UNE, PC do B, PCB, PDT, PSB, PPS, grande número de ONGs, associações e outros agentes sociais.

Esta ascensão do PT ao Poder Executivo federal possibilitou a primeira experiência de um governo dirigido pelas esquerdas no Brasil do pós-regime militar¹. O governo Lula, no início sustentado politicamente por grande parte da esquerda partidária, teve no decorrer da gestão várias rupturas na sua base de sustentação. Minha intenção neste trabalho é fazer um apanhado da dinâmica de convergências e divergências na relação entre os partidos de esquerda e o governo Lula com o objetivo de entender o porquê de uma parte das esquerdas ter apoiado o governo e outra parte não, assim como as razões das rupturas.

O contato inicial com tal temática surgiu a partir do ingresso no grupo de estudos sobre o governo Lula, coordenado pela professora Auxiliadora Lemenhe e vinculado ao Laboratório de Estudos em Política, Mídia e Processos Eleitorais (LEPEM), durante os primeiros semestres da graduação em Ciências Sociais. A pesquisa desenvolvida pelo grupo tem como objetivo mais amplo a análise de diferentes processos subjacentes às relações entre o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e segmentos da sociedade brasileira: empresários, trabalhadores do setor privado e público federal, MST, partidos políticos nacionais, sindicatos e intelectuais. Destes segmentos, escolhi para estudo os partidos políticos de esquerda por considerar de grande importância o entendimento da experiência do “ser governo” das esquerdas no Brasil contemporâneo.

Como se sabe, o par direita-esquerda foi inserido no campo político durante as disputas na Assembléia Nacional Francesa de 1789: sentados à esquerda do rei estavam os defensores de uma ordem constitucional baseada na soberania popular, enquanto os apoiadores de uma ordem social hierárquica e pautada na origem divina do poder real

¹ Para Coutinho (2002), o governo João Goulart (1961-1964), em virtude do seu programa político reformista e dos vínculos que buscou manter com os movimentos sociais, foi um governo de esquerda. Nesta perspectiva, a gestão Lula não constitui a primeira experiência das esquerdas no Poder Executivo na história do Brasil. No capítulo dois retomo esta discussão levantada por Coutinho.

sentavam-se à direita do monarca (FREIRE, 2006, p. 23). Esta utilização das duas expressões geográficas para classificação de ideologias políticas ainda persiste no debate político contemporâneo, embora os significados dos termos “direita” e “esquerda” não sejam os mesmos daqueles vigentes à época da Revolução Francesa. Conforme Giddens (2001), “esquerda” e “direita” mudaram seus significados ao longo do tempo. Observar o desenvolvimento do pensamento político permite perceber que determinadas “idéias foram vistas como esquerdistas em certos períodos e contextos e como direitistas em outros” (ibid, p.48).

Um referencial importante para compreender o debate contemporâneo acerca da distinção “direita” e “esquerda” consiste na obra do Bobbio (2001) – “Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política”. Nesta obra, Bobbio se dedica as seguintes tarefas: diferencia os dois campos políticos; faz uma defesa da legitimidade do par “direita” e “esquerda”; rebate os inúmeros argumentos contrários à distinção; expõe critérios estabelecidos por diversos autores para diferenciar os dois pólos e coloca seu próprio elemento fundamentador da distinção. O que mais interessa desta discussão feita por Bobbio para os fins deste trabalho é o significado dado ao campo político das esquerdas.

O critério escolhido por Bobbio para diferenciar os dois campos políticos é a atitude diante da igualdade. Cito-o: “De um lado, estão aqueles que consideram que os homens são mais iguais que desiguais, de outro, aqueles que consideram que são mais desiguais que iguais” (2001, p. 121). Como decorrência disto, a “esquerda” acredita que a maior parte das desigualdades é social e, enquanto tal, eliminável; a “direita” acha que a maior parte delas é natural e portanto ineliminável. De forma mais sucinta, a “esquerda” é mais igualitária e a “direita” é mais inigualitária.

As considerações de Bobbio expressam os tipos-ideais dos campos políticos. Seria muito dificultoso (ou até improvável) efetuar uma classificação dos partidos de esquerda com base numa análise para constatar se de fato eles colocam em prática uma política de redução das desigualdades sociais. Por isso, não me apropri do critério usado por Bobbio para classificar as agremiações do cenário político brasileiro. Optei por inserir neste trabalho os partidos que se autodenominam de esquerda a fim de facilitar a demarcação dos agentes da pesquisa. Assim, as siglas selecionadas foram estas: PT, PC do B, PSB, P-SOL, PSTU, PCB, PDT e PPS².

² O Partido da Causa Operária (PCO) não foi inserido neste estudo por causa da pequena quantidade de materiais existentes acerca da sigla no período correspondente ao primeiro mandato de Lula (2003-2006). Tal partido não

Esses oito partidos foram agrupados nas seguintes categorias: esquerda de situação e esquerda de oposição. A postura das agremiações diante do governo Lula é o critério diferenciador dos dois blocos partidários. Outra expressão merecedora de esclarecimento consiste no termo “esquerda do PT”, bastante usado pela imprensa e inclusive nas disputas internas do Partido. Recorro à denominação “esquerda do PT” sem fazer alusão a um possível setor de direita dentro desta sigla; a referida expressão serve mais para colocar a tona a divisão entre “radicais” e moderados no interior do PT.

A coleta de materiais para pesquisa se deu em diversas fontes. Recortes do jornal *Folha de São Paulo* e notícias veiculadas *online* pelo mesmo jornal (*Folha Online*). Sites dos partidos estudados e periódicos impressos vinculados aos partidos – *Opinião Socialista* (PSTU), *A Classe Operária* (PC do B) e o informativo *Palavra Viva*, do mandato do ex-deputado João Alfredo (P-SOL). O período observado tem como foco o quadriênio 2003-2006 (período referente ao primeiro mandato do governo Lula), mas antes faço uma contextualização das eleições que antecederam o pleito de 2002 (ano da campanha vitoriosa de Lula). Os momentos eleitorais expressam de forma latente as mudanças ocorridas nas agremiações, sobretudo no que diz respeito ao PT.

O primeiro capítulo, dividido em duas partes, contempla a origem do PT e das demais agremiações observadas neste trabalho. Abordo o processo de incessante inserção do PT nas disputas eleitorais, tendo como consequência o *trade-off* eleitoral. As eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998 e as respectivas alianças desses pleitos constituem as experiências analisadas no capítulo. O recorte cronológico deste capítulo compreende a década de 1980 – período no qual teve origem boa parte dos partidos do atual cenário político – até o pleito presidencial de 1998.

O segundo capítulo, também dividido em duas partes, trata num primeiro momento do debate acerca da aliança PT-PL nas eleições 2002. Mesmo dentro do PT havia setores contrários a esta aliança que possibilitou a vitória de Lula, depois de três tentativas eleitorais frustradas. Na segunda parte, mostro o processo de formação do governo Lula no intervalo entre o momento pós-eleições 2002 e a data da posse em janeiro de 2003. A composição do primeiro escalão do governo revelou duas características: (1) predominância do PT e (2) a heterogeneidade de forças políticas, inclusive com interesses opostos, atuando no Estado.

possui representante no Congresso Nacional e somente aparece nas matérias da *Folha de São Paulo* no período das eleições 2006.

O terceiro capítulo contém um apanhado da relação governo Lula e partidos de esquerda, tomando como cenário principal as movimentações no Congresso Nacional. Mostro os pontos “altos” de convergência e divergência entre os personagens da pesquisa no período correspondente ao primeiro mandato de Lula (2003-2006). Algumas situações destacadas no capítulo: saída do PDT, PPS e PCB da base do governo; conflitos internos ao PT que vão dar origem ao P-SOL; divisão entre os moderados do PT e a conseqüente derrota na eleição da Câmara; êxito do PC do B e aliados na eleição para presidência da Câmara; unidade, mesmo com críticas permanentes, da esquerda de situação – PT, PC do B e PSB – em torno da defesa do governo Lula.

O quarto, e último, capítulo discute as duas teses das esquerdas acerca do governo Lula. A esquerda partidária pertencente à base de sustentação do Presidente Lula considera que o “governo está em disputa” e por isso aponta a necessidade de nele permanecer a fim de influenciar os rumos da gestão. A esquerda opositora avalia que o governo Lula traiu as bandeiras históricas das esquerdas. Apresento as teses, os agentes construtores delas e os elementos que as fundamentam.

Nas considerações finais, aponto algumas nuances observada na dinâmica entre as esquerdas e o governo Lula. A esquerda de situação e a esquerda de oposição apresentam razões bem distintas para fundamentar as posturas de, respectivamente, sustentar o governo Lula e se opor ao mesmo.

1. AS ESQUERDAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

1.1. Origens do PT

No campo da esquerda, o principal partido político do contexto pós-regime militar é o Partido dos Trabalhadores (PT). É este também a maior força de sustentação do governo Lula (2003-2006), polarizando com o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) nas últimas eleições nacionais. Para Nicolau (2005), PT e PSDB desenvolveram uma “vocação presidencial” ao disputarem quatro eleições presidenciais (1989, 1994, 1998 e 2002) que forçaram esses dois partidos a formularem propostas para o país, a criarem redes mais orgânicas com o mundo intelectual e a criarem processos decisórios mais centralizados no plano nacional. Vou expor o processo que levou o PT – “o único partido brasileiro de esquerda a se tornar efetivamente um partido de massas” (Coutinho, 2002) – ao governo federal.

Qualquer observador atento aos meandros da política brasileira sabe da importância do PT no cenário nacional. Mesmo quando distante dos cargos públicos, sobretudo na primeira metade dos anos 80, a trajetória do partido influenciou o rumo da sociedade. Durante a década de 80, o PT esteve ligado às grandes greves, à organização da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e ao nascimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Para Singer (2001), petismo e antipetismo passaram inclusive a serem sentimentos catalisadores do eleitorado. Cito-o:

É impossível compreender o Brasil do século 21 sem entender o PT. Não só porque ele detém uma fatia dos postos de controle político, mas também porque influencia o comportamento dos demais atores. À medida que se mostrou competitivo na arena eleitoral, o partido passou a ser um divisor de águas. Petismo e antipetismo catalisam segmentos crescentes do eleitorado (SINGER, *ibid*, p.11).

Diferentemente dos partidos operários da Europa do século XIX, o PT não viveu o dilema da participação no jogo eleitoral. Singer (2001) diz o seguinte acerca deste ponto:

O PT nunca hesitou em disputar eleições. Ao contrário, como já foi visto aqui [na obra *O PT*], quando Lula se engaja na criação de um partido, em 1978, o vê como um instrumento para enviar trabalhadores ao Congresso em Brasília. A decisão de participar das instituições veio antes da ideologia (SINGER, *ibid*, p.48).

Esta postura voltada para as urnas era levada a cabo pelo setor predominante no interior do PT: os sindicalistas. É necessário frisar que o partido em questão foi formado por setores distintos da sociedade. Quatro grupos se destacam na constituição do PT: setores progressistas da Igreja católica, em grande parte organizados nas Comunidades Eclesiais de Base; o assim chamado “novo sindicalismo”, com forte influência no ABC paulista; a intelectualidade, com professores universitários, artistas, estudantes etc; organizações diversas, tanto as democráticas quanto as revolucionárias, que haviam lutado contra a ditadura militar.

Nesse quadro inicial de composição da sigla prevalecem os sindicalistas. Para notar a hegemonia sindicalista na formação do PT basta observar que dos dezesseis membros da primeira comissão provisória doze eram sindicalistas. Esse cenário ganha outros contornos no final da década de 80. Em 1988, dos vinte membros ocupantes da Comissão Executiva Nacional do PT, apenas dez têm origem sindical e só quatro destes vem do sindicalismo operário. Portanto, ao final dos anos 1980 a diminuição do peso dos sindicalistas na estrutura partidária é perceptível.

Enquanto no debate interno do PT imperavam as dúvidas sobre o peso a ser conferido ao sufrágio, na prática o Partido atuava de forma intensa nas eleições. Esse envolvimento eleitoral, contudo, tinha suas peculiaridades. No PT das origens predomina a visão instrumental das eleições, como bem podemos perceber nesta fala de Lula na ocasião da 1ª Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores³:

Vamos concorrer às próximas eleições [de 1982] e apresentaremos candidatos a todos os cargos, em todas as regiões do País. Entretanto, não cremos que eleições sejam o que há de mais importante e definitivo para o nosso partido. Sem dúvida, elas têm sua importância e devemos conquistar, sempre, mais espaço na área parlamentar e nas funções executivas, de modo a fazermos ecoar as reivindicações dos trabalhadores. Mas nossas ferramentas de luta vão além de eleições periódicas: importa-nos fortalecer o movimento popular, os sindicatos, as oposições sindicais, os que lutam pela terra e todas as formas de organização, de mobilização e de união de nosso povo (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p.112-113)⁴.

Nessas eleições de 1982, Lula concorreu ao governo de São Paulo e obteve 10% dos votos válidos. O PT fazia uma propaganda orientada por bordões tais como “Trabalhador

³ Na sua primeira eleição (1982) o PT tinha o desafio de conseguir 5% dos votos exigidos por lei, sendo 3% deles divididos em nove estados da federação. Esta sigla conseguiu apresentar-se em 23 das 25 unidades da federação na eleição de 1982. Havia a preocupação entre os petistas de usar as eleições como instrumento de organização dos trabalhadores.

⁴ Trecho de discurso proferido em setembro de 1981 na cidade de Brasília. Lula desempenhava a função de presidente nacional do PT.

Vota em Trabalhador” e “Vote no Três Que o Resto é Burguês”⁵. A perspectiva de defesa de classe é bastante presente tanto no programa partidário quanto na condução das campanhas. O partido se propunha construir uma “sociedade sem explorados e sem exploradores”, lutar contra os “interesses do grande capital nacional e internacional”, colocar os postos executivos do poder público a serviço da organização da classe trabalhadora, fazer do Parlamento um espaço de ressonância dos anseios populares e outras finalidades.

Segundo Singer (ibid), nunca houve no PT uma defesa explícita da ditadura do proletariado embora fosse avaliado que os trabalhadores deveriam tornar-se classe dominante no Estado e colocar o poder político a seu serviço. O autor em tela afirma que o PT transitou da ênfase na ocupação do Estado pelo proletariado para a proposta de uma profunda transformação social denominada, nos documentos internos, de “Revolução Democrática”. A porta para esta mudança de pensamento foi aberta pelo I Congresso Nacional (1991) do Partido e aprofundada pelo II Congresso Nacional (1999).

A Revolução Democrática pregada pelo PT seria realizada em duas etapas: (1º) haveria reformas profundas capazes de isolar as elites e reduzir seu poder de manobra; (2º) a partir destas reformas seria aberto o caminho para construção da sociedade socialista. Após as derrotas eleitorais de 1994 e 1998, as atenções do PT foram direcionadas para a primeira fase da Revolução Democrática. A preocupação maior do partido passou a girar em torno da discussão de tarefas imediatas de governo; detalhar uma proposta de “nova política econômica” a ser adotada caso o PT chegasse ao poder. Enquanto o debate sobre a implantação do socialismo é praticamente deixado de lado, a discussão acerca do gerenciamento da economia capitalista toma a preocupação dos petistas.

1.2. “Trade-off” eleitoral petista e a reorganização das esquerdas

Não é mera coincidência o fato destas mudanças no programa do PT terem início após a eleição presidencial de 1989. Depois de longos anos sem eleição direta para Presidente da República por causa do regime militar, o povo vai às urnas nesse ano e coloca o candidato petista (Lula) no segundo turno. Lula obtém 47% dos votos válidos neste turno, tornando-se a mais forte liderança nacional na oposição ao governo Collor. Tal pleito pode ser encarado

⁵ À época, o número de referência do PT nas eleições era o três e não o conhecido treze dos últimos pleitos.

como o marco da hegemonia eleitoral petista no campo dos partidos ligados aos movimentos sociais. Uma consequência desta expressiva votação foi a ênfase maior que o Partido adotou na atividade eleitoral. O I Congresso Nacional (1991) inclui a ocupação dos cargos políticos na disputa pela hegemonia:

120. Até 1987, a disputa pela hegemonia era colocada, basicamente, como uma política de acúmulo de forças, a partir da avaliação de que não estava na ordem do dia a tomada do poder ou uma crise revolucionária. Depois de 1989, a disputa pela hegemonia passa, necessariamente, a incluir a disputa pelo governo federal em 1994, a gestão das administrações municipais, a luta pela democratização do Estado e por reformas sociais, assim como a organização e o crescimento dos movimentos sociais (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p.505).

O pleito de 1989 foi a prova de que o PT detinha chances reais de ser um partido governante. Diante desta possibilidade, mudanças internas foram desencadeadas no sentido de auxiliar o Partido no alcance do poder político via eleições. O PT passou gradativamente a adotar posturas mais maleáveis e amplas, seja nas alianças ou nos pontos programáticos. Essas mudanças no PT não constituem um caso singular, tendo em vista o processo vivido por muitos partidos de esquerda na Europa Ocidental. Afirma Przeworski: “Os partidos socialistas buscaram apoio fora da classe operária assim que a perspectiva de vitória eleitoral tornou-se real, e deste então continuaram a oscilar entre a procura de aliados e a ênfase no operariado” (1989, p.40).

A primeira campanha presidencial de Lula (em 1989) teve um conteúdo de classe bem maior do que as posteriores. Os adesivos usados na campanha de 1989 continham frases como “Trabalhador vota em trabalhador”, “PT: o partido sem patrões” e “Lula: um compromisso de classe”. O PT e Lula faziam um discurso no qual se vinculavam a uma classe social, disseminando ainda a idéia de que os adversários representavam outra classe⁶. A fala de Lula mencionada a seguir é emblemática acerca deste ponto: *É preciso uma mudança radical. A luta é pra já. No dia 15 de novembro vamos pôr a classe trabalhadora para governar o país* (Programa eleitoral de 02 outubro de 1989).

Nesta eleição o PT contou com o apoio do PC do B e do PSB na formação da *Frente Brasil Popular*, enquanto o PCB e o PDT optaram por candidaturas próprias. O PCB lança o nome de Roberto Freire e o PDT tem como candidato o gaúcho Leonel Brizola. Por pressões do PSB e PC do B, José Paulo Bisol é cotado para ocupar a vice-presidência na

⁶ Esses adesivos foram usados na campanha presidencial de 1989, mas não apareceram nas campanhas posteriores. Nesta eleição Lula se apresentou como representante dos trabalhadores e disseminava a idéia de que Collor era o candidato “dos banqueiros, dos usineiros, dos latifundiários”.

chapa de Lula. Diante da ameaça de ruptura da *Frente Brasil Popular*, a cúpula petista majoritariamente decidiu aceitar a composição Lula-Bisol. Esta proposta foi aprovada pelo Diretório Nacional do PT, por 44 votos favoráveis contra 16.

O PCB, PC do B e o PSB foram reorganizados e legalizados em meados da década de 1980 depois de sofrerem significativas perdas durante a ditadura militar. Tais organizações atuaram clandestinamente contra a derrubada dos militares ao mesmo tempo em que participavam do Movimento Democrático Brasileiro (MDB)⁷ nos espaços institucionais. O grupo formador do PDT também remonta as lutas contra a ditadura, porém seus principais quadros estavam exilados do país durante os anos de repressão política. No ano de 1980, Leonel Brizola, Darcy Ribeiro e outros trabalhistas retornam ao Brasil e se organizam sob a sigla do PDT. No início da década de 1980 o PDT aparecia como a força política de esquerda de maior expressão eleitoral, sendo superado pelo PT a partir do pleito presidencial de 1989 – Leonel Brizola foi o terceiro mais votado no primeiro turno deste pleito, ficando atrás de Lula por uma diferença de 0,6%⁸. Lula e Collor foram para o segundo turno.

O programa eleitoral de Collor de Mello (PRN) apresentava um tom universalista – mesmo enfatizando que os pobres estavam ao seu lado –, enquanto o programa de Lula seguia com um discurso classista. O candidato Lula tentava passar para o eleitor a imagem de uma sociedade dividida em classes e assim estruturada de acordo com interesses particulares. Lula mostrava a figura de Collor como representante da “elite”, “dos empresários” e termos congêneres. Przeworski (1989) aponta que as principais visões concorrentes da sociedade num sistema capitalista são a de classe e a universalista, sendo ambas as ideologias racionalizadoras de interesses. Cito-o:

As reivindicações dos operários como uma classe são particularistas, e quando os mesmos se organizam em uma classe, procuram impor a toda a sociedade a imagem de uma sociedade dividida em classes, cada qual dotada de interesses particulares. Especificamente, para legitimar suas reivindicações, os operários devem mostrar que os capitalistas também constituem uma classe, cujos interesses são igualmente particulares e opostos aos das outras classes (...) As ideologias burguesas não enfatizam seus interesses específicos; propõem a imagem de uma sociedade universalista e sem classes, composta de cidadãos-indivíduos, cujos interesses encontram-se basicamente em harmonia (ibid, p.124).

Ambas as ideologias apontadas por Przeworski estiveram presentes e em disputa na campanha presidencial de 1989. Lula e Collor assumiam, respectivamente, as visões de

⁷ Os militares colocaram em vigência na década de 1960 o bipartidarismo. O MDB constituía a frente de oposição aos militares no Congresso Nacional, reunindo pessoas de diversas organizações clandestinas.

⁸ Neste ano de 1989 o PDT era escolhido como membro da Internacional Socialista e seu líder, Leonel Brizola, eleito um dos vice-presidentes desse organismo.

classe e universalista. Lula se colocava na ocasião como representante de uma classe social com interesses opostos ao do empresariado.

O bom desempenho de Lula em 1989 somado com o “impeachment” de Collor, em setembro de 1992, pareciam anunciar uma vitória certa do PT no pleito presidencial de 1994. As pesquisas de junho deste ano apontavam Lula com mais de 40% das intenções de voto, ficando com uma larga vantagem em relação ao segundo colocado. A perspectiva promissora de ocupar o governo federal teve implicações na resolução da política de alianças, estimulando a ampliação destas:

A necessidade de construir um arco de alianças que viabilize a vitória, e também o cumprimento do programa transformador, exige uma composição partidária mais ampla que a dos partidos que se assumem como esquerda, como o PSB, o PPS, o PC do B, o PC e o PSTU (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 568) ⁹.

Apesar do esforço petista na busca de aliados e do quadro favorável no primeiro semestre daquele ano, a vitória escapou novamente. Mesmo assim, a candidatura Lula teve um crescimento quanto ao primeiro turno de 1989: foi de 17% para 27,04% dos votos válidos.

Lula disputou o pleito presidencial de 1994 com a coligação *Frente Brasil Popular pela Cidadania*, composta por PT, PSB, PC do B, PPS¹⁰, PSTU¹¹ e PV. Novamente o PDT optou por candidato próprio, alcançando 3,18% dos votos com Leonel Brizola. José Paulo Bisol seria novamente o candidato à vice de Lula, no entanto as denúncias da imprensa de que Bisol teria apresentado emendas ao orçamento com valores superestimados e que favoreceria a sua fazenda levaram o PPS, PV e PSTU a exigir renúncia do suposto vice. A “crise Bisol” prolongou-se e o PT terminou por substituí-lo por Aloizio Mercadante. Neste período, a candidatura Lula iniciou o processo de queda nas intenções de votos – que se

⁹ Resolução aprovada no 8º Encontro Nacional do PT realizado em junho de 1993. O documento no qual se encontra a resolução se chama “O Momento Político”.

¹⁰ Roberto Freire, candidato a presidente pelo PCB em 1989, foi quem liderou a formação do PPS em janeiro de 1992. A cisão que deu origem a esse partido ocorreu durante o X Congresso do PCB: de um lado, os “modernos” liderados pelos deputados Freire e Arouca; do outro, a ala considerada “ortodoxa”, encabeçada por Macedo e pelo sindicalista Ivan Pinheiro. Estava em disputa o espólio do Partidão: ambos os grupos se declaram herdeiros e representantes do Partido Comunista fundado em 1922. Roberto Freire foi eleito presidente do PPS, com 84,28% dos votos, em chapa única. O PPS manteve os deputados federais eleitos pela legenda do PCB em 1990 – contando ainda com quatro deputados estaduais em todo o país (OZAÍ, s.d.).

¹¹ O PSTU foi criado em 1994 após dois anos de discussão entre diversas organizações. A mais importante dentre as organizações era a Convergência Socialista (CS), ex-tendência do PT que acabou sendo expulsa por desacatar as decisões do Diretório Nacional do PT. Em setembro o partido recém criado conquistou o registro provisório, podendo então concorrer nas eleições de 1994. O PSTU apoiou criticamente a candidatura Lula, defendendo o nome de Osmarino Amâncio como vice e reivindicando que o MST assumisse essa proposta. O PSTU defendia o voto em Lula, mas sem assumir compromisso algum com o programa de governo do candidato (OZAÍ, 2001).

acentuaria com o Plano Real. O então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso (PSDB), venceu no primeiro turno com 54,27% dos votos.

A mudança gradual no *ethos* petista ganha forma na campanha presidencial de 1994. O discurso classista do candidato Lula de fomentar a organização dos trabalhadores contra os setores dominantes vai perdendo espaço para a idéia da “competência técnica”. Os inimigos do passado (empresários e outros) são procurados para serem parceiros:

Em 1994 [ano da eleição presidencial] pode-se notar na mensagem de TV uma mudança significativa, já que Lula procura dialogar com os empresários. Seu discurso busca abertamente o apoio de muitos deles para a campanha eleitoral e começa a dizer que, para governar o país, é preciso ‘competência’. A idéia de auto-gestão, forte em 1989, desaparece dos programas eleitorais de 1994. Embora o discurso classista ainda persista, já que se faz visível a tentativa de combinar os seus conceitos com referências típicas das técnicas de gestão. O discurso de 1994 é mantido em 1998 especificamente nesta área temática. A diferença dos programas de 1998 para os de 1994 é que os empresários que apóiam Lula são apresentados na televisão declarando os motivos de seu apoio ao candidato petista (SILVA Jr., 2005, p.81).

A eleição presidencial de 1998 acaba se tornando um desdobramento da anterior tanto no resultado quanto na condução da campanha de Lula. Desta vez, tendo Leonel Brizola (PDT) como vice, o candidato petista adquire 31,71% dos votos válidos¹². A coligação *União do Povo Muda Brasil* foi composta por PT, PDT, PSB, PC do B e PCB. O PSTU lançou candidatura própria com o nome do sindicalista José Maria de Almeida, o Zé Maria – este obteve o sétimo melhor resultado dentre os doze concorrentes (0,30% dos votos); o PPS também concorreu com candidato próprio (Ciro Gomes), obtendo 10,97% dos votos. O então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) consegue o feito de ser eleito no primeiro turno novamente – obtém 53,06% dos votos. Lula é apresentado na campanha como alguém defensor dos mais necessitados e dotado de competência administrativa. O discurso dele assume preferência pelos mais pobres, porém já não há um predomínio da idéia do confronto de classes.

A experiência da campanha de 1998 contribui para aprofundar a política de alianças que seria ratificada quatro anos mais tarde. O 11º Encontro Nacional do PT (1997) toma como resolução, por exemplo, a aliança com partidos para além do “campo democrático-popular”. Apesar das resoluções tiradas no sentido de permitir alianças cada vez mais amplas em 1994 e 1998, não vemos na prática coligação tão heterogênea nas campanhas

¹² Leonel Brizola foi candidato a Presidente da República pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) nas eleições de 1989 e 1994. O posto de vice na chapa de Lula ocupado por Brizola no pleito de 1998 é interpretado por Singer (2001) como um indício da hegemonia petista no campo das esquerdas.

de Lula durante a década de 1990. As agremiações que chegaram a se coligar com o PT nas três primeiras eleições pós-ditadura (1989, 1994 e 1998) detinham, de certa forma, vínculos com as organizações populares. Vai ser na quarta tentativa de conquistar o governo federal que o PT e Lula colocam na ordem do dia a parceria com o Partido Liberal (PL) do empresário José Alencar. O “Partido sem Patrões” dos anos 80 estava neste princípio de século XXI aliado com os “antigos inimigos”.

A eleição de 1989 desencadeou no PT o processo do *trade-off* eleitoral¹³, ou seja, o Partido passou a estender o apelo eleitoral para além da classe social que dizia representar no discurso original. Dessa forma, saiu de uma condição de caráter classista para adotar um discurso universalista. As implicações desta estratégia consistem na mudança das posições políticas do partido a fim de acomodar interesses diversos e na abertura das alianças. Depois de 1989 se inicia o processo que culmina na aliança com o PL em 2002 e a vitória na eleição presidencial.

¹³ *Trade-off* é um conceito movimentado por Adam Przeworski (1989) ao analisar os partidos socialistas da Europa Ocidental.

2. AS ELEIÇÕES 2002 E A FORMAÇÃO DO GOVERNO LULA

2.1. As Eleições 2002 e a polêmica da parceria Lula-José Alencar

Na ocasião do II Congresso Nacional (1999) o PT expõe o desejo de não querer ser “eterno partido de oposição”. O fim a ser perseguido era a ocupação do governo federal e o meio utilizado – um deles na verdade – acabou sendo a aliança com José Alencar (PL). Diante do temor de amargar mais uma derrota eleitoral, o PT e Lula fizeram as movimentações no sentido de garantir a vitória nas urnas. Lula afirmou ser candidato somente com a condição do PT contratar Duda Mendonça para cumprir a função de marqueteiro¹⁴. Duda Mendonça mudou significativamente a propaganda eleitoral do PT:

Desde que o publicitário assumiu o marketing pessoal de Lula, um ano antes da eleição [de 2002], uma regra que Duda Mendonça impôs a Lula foi o uso obrigatório de terno em qualquer evento público. Mas também houve uma preocupação, não menos relevante, de fazer com que o eleitor acreditasse que o uso do paletó e da gravata, da barba bem cortada e dos sorrisos constantes era uma opção pessoal de Lula e não uma imposição do marketing (SILVA Jr., *ibid*, p.14-15).

A famosa e polêmica “Carta ao Povo Brasileiro” em cujo texto Lula assume o compromisso de honrar todos os contratos, preservar o superávit primário e ter cautela com os juro foi outro recurso utilizado para facilitar a vitória nas urnas. Acerca deste documento Silva Jr. afirma o seguinte:

Lula ignora todas as diretrizes [do 12º Encontro Nacional do PT], aprovadas pelo partido, e anuncia um documento que ele denomina de “Carta ao Povo Brasileiro”. O texto prega exatamente o oposto do que as diretrizes do PT recomendavam. Assinado pelo candidato em 22/06/2002, mas não submetido ao PT, o documento afirma que o superávit primário será preservado o tempo que for necessário e que os juro altos só poderiam ser reduzidos depois de superada a vulnerabilidade externa. Além disso, o texto dá destaque especial ao anúncio de que todos os contratos com os credores externos seriam cumpridos (SILVA Jr., *ibid*, p.79).

¹⁴ Duda Mendonça é considerado o criador da campanha de mídia “Lulinha, paz e amor” para eleição de 2002. Matéria da *Folha Online* (2002) relata de onde veio a inspiração do mote de campanha: “Em um comício em Rio Branco, no dia 22 de agosto, o candidato do PT que acompanhava ao largo os violentos embates entre seus adversários, disse: ‘Lulinha não quer briga. Lulinha quer paz e amor’. Estava criado o mote de sua campanha à vitória. Estava sintetizado o discurso político da conciliação, do entendimento e da negociação”.

Lula participou diretamente das conversações que levaram à formação da aliança com José Alencar do PL. A coligação presidencial de 2002 em torno do PT não tinha muitos partidos, mas continha um parceiro que exercia um efeito simbólico distinto das alianças anteriores. A coligação *Lula Presidente* foi formada por PT, PL, PC do B, PMN e PCB. O PPS e o PSTU lançaram os presidentiáveis, respectivamente, Ciro Gomes e Zé Maria; dessa vez o PDT formou aliança com o PPS. O PSB – que havia sido aliado do PT nas eleições de 1989, 1994 e 1998 – optou por lançar Anthony Garotinho candidato a Presidente. No campo da esquerda teve ainda a candidatura de Rui Costa Pimenta do pequeno Partido da Causa Operária (PCO). Esses partidos tiveram as seguintes votações no primeiro turno: Lula (PT) - 46,47%, Garotinho (PSB) - 17,86%, Ciro Gomes (PPS) - 11,97%, Zé Maria (PSTU) - 0,47%, Rui Costa Pimenta (PCO) - 0,04%. O principal concorrente de Lula no primeiro turno foi José Serra (PSDB) que obteve 23,19%. A presença do empresário José Alencar como vice de Lula demonstra o quanto o PT estava disposto para obter a vitória nas eleições presidenciais. José Alencar era apontado como “avalista” de Lula diante do empresariado:

Empresário milionário do setor têxtil, dono de 11 fábricas, ex-presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais e ex-vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria, Alencar, 71, já tem papel definido na campanha: o de "avalista" de Lula junto a investidores e empresários. Confirmar o senador na vaga de vice tornou-se fundamental para o sucesso da candidatura de Lula, de acordo com análise da cúpula petista. (...) Na campanha, ele diz que procurará “mostrar” aos empresários as intenções de Lula, dando como garantia seu exemplo pessoal: “Como empresário, tenho de pensar a longo prazo, e a garantia de estabilidade e mudança responsável é o Lula” (ZANINI, 2002a).

Pela terceira vez consecutiva a eleição ficou polarizada pelas candidaturas do PT e do PSDB. Em 1994 e 1998, Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e Lula (PT) disputaram no primeiro turno o posto de Presidente da República; na eleição de 2002 houve segundo turno entre José Serra (PSDB) e Lula (PT). As diversas candidaturas de esquerda dispersas no primeiro turno apoiaram Lula no segundo turno, juntando então num mesmo bloco desde o PL, PTB e setores do PMDB até o PC do B, PCB, PSB, PPS, PDT e PT¹⁵. Lula obteve 61,27% dos votos válidos e Serra conseguiu 38,73%. Para César Benjamin (2002), transformar Lula num candidato em que todos os atores relevantes – da Fiesp ao MST, do Citibank ao PCdoB – possam reconhecer-se um pouco consistiu na estratégia do PT, executada com grande coerência. O autor em tela afirma que o caminho escolhido pelo PT para mudar o Brasil padece de uma contradição intrínseca: quanto mais intensas são as

¹⁵ No segundo turno, o PSTU declarou voto crítico a Lula e o PCO se posicionou pelo voto nulo.

articulações de bastidores e mais amplas as alianças, menos autenticidade, clareza e capacidade de mobilização têm o candidato.

Apesar das ressalvas ao comportamento de Lula na campanha, Benjamin (ibid) atribuiu ao candidato petista o papel de preencher o imaginário de boa parte da esquerda e do povo brasileiro. Pelo fato de Lula assumir vínculos com as elites nas eleições 2002 e ainda assim despertar esperança em vários setores da esquerda, Benjamin considera o petista um enigma sem condições de ser decifrado no momento daquelas eleições presidenciais. O autor em tela pergunta se Lula seria Fausto, Maquiavel ou Riobaldo?

Se ganhar a eleição [de 2002] e honrar as garantias que vem dando aos poderosos, Lula será Fausto, o personagem de Goethe que vendeu a alma ao diabo e obteve com isso o que sempre almejava. Se ganhar e conseguir virar o jogo, mostrando-se fiel aos setores populares que sempre o apoiaram, terá realizado uma impressionante operação política, digna de Maquiavel, que poderá mudar a história do Brasil. Se perder a eleição - em um segundo turno com José Serra, por exemplo - por ter sido abandonado pelas elites que vem tentando cativar com tanta paz e amor, lembrará Riobaldo Tatarana. Ao entrar para o cangaço, o antológico narrador de *Grande sertão: veredas* também vendeu a alma ao diabo. Comportou-se sempre de acordo com o pacto. No fim da vida, porém, perplexo e solitário, descobriu que o diabo não a havia comprado. Fausto, Maquiavel ou Riobaldo. O futuro dirá qual foi o papel de Lula na história contemporânea do Brasil (BENJAMIN, 2002).

Avaliações distintas foram feitas, no campo da esquerda, acerca das condições motivadoras da ampla aliança de Lula no ano de 2002. Carlos Nelson Coutinho (2002) considera que o êxito eleitoral do único partido brasileiro efetivamente de massa (PT) ocorreu num contexto bem adverso tanto no âmbito internacional quanto nacional. No quadro internacional temos, diz Coutinho, um refluxo das forças de esquerda em todas as vertentes; nos Estados Unidos e na Europa predominam governos conservadores, enquanto na América Latina a situação da esquerda não é nada brilhante. Somado a isto havia também a vulnerabilidade externa diante da qual obriga o governo Lula a “negociar” as metas desejadas. O “mercado”, entendido por Coutinho como resultado de uma correlação de forças entre grupos e classes sociais, também estava desfavorável às manobras do governo Lula. No âmbito nacional as dificuldades residem nas privatizações e na reforma do Estado, ambas realizadas por Fernando Henrique Cardoso. Estas medidas, afirma Coutinho, tomadas pelo governo tucano desativaram muitos instrumentos necessários para implementar o “novo modelo econômico” prometido por Lula na campanha.

Foi a desfavorável conjuntura internacional associada com outros fatores menos essenciais, diz Coutinho, que motivou a necessária política de alianças por parte do PT na campanha de 2002. Como o “novo modelo econômico” proposto priorizava a produção em

detrimento da especulação financeira, Coutinho considera natural e correto o PT buscar uma interlocução com a burguesia industrial – tanto com os segmentos voltados para o mercado interno quanto com os exportadores. O autor em tela já acha “menos justificável” propagar que “todos” serão beneficiados com o pretendido modelo.

João Machado (2004) vai buscar no próprio PT as causas motivadoras da aliança com o PL. Ele considera positiva a evolução do PT até 1989 – neste ano Lula quase chegou à Presidência da República como um candidato claramente de esquerda. Contudo, é justamente no ano de 1989, diz Machado, que desencadeia o processo responsável pela aliança do PT com o PL. Os fatores a seguir impulsionaram a progressiva integração do PT à ordem: crise do campo da esquerda provocada pelo desmoronamento da União Soviética; a ofensiva neoliberal no mundo e inclusive no Brasil; o crescimento da inserção institucional do PT desde 1988 e o debilitamento do movimento social constituidor do Partido. Machado menciona também a avaliação feita por Lula e o círculo dirigente partidário mais próximo dele (Campo Majoritário) acerca da derrota eleitoral de 1989¹⁶. Tal grupo atribuiu a um suposto excesso de radicalismo a causa da derrota; assim, bastava adquirir um tom moderado que os setores empresariais, proprietários de terra e camadas mais abastadas das classes médias deixariam a rejeição de lado.

Diante deste quadro, Machado afirma a insistência do Campo Majoritário no trabalho de impulsionar a “moderação” e a diluição das referências socialistas do Partido, buscando estabelecer vínculos cada vez maiores com setores burgueses. O resultado concreto disso foi a ampliação das alianças e propostas em cada disputa eleitoral. Até 2001 as formulações políticas do PT situaram-no do lado dos trabalhadores. Isto porque tanto o contexto político – papel de oposição do PT ao governo tucano – quanto à correlação de forças internas do Partido mantiveram-no, na sua expressão pública, no campo da classe trabalhadora. Esta situação impedia o Campo Majoritário de dar às posições oficiais do Partido uma linha desprovida das referências socialistas.

Segundo Machado, a aliança com o PL na eleição de 2002 reflete a postura política do Campo Majoritário de “chegar ao governo pelo governo”. Prevalencia a crença entre alguns dirigentes petistas do aspecto fundamental de uma aliança desse porte para

¹⁶ Segundo Singer (2001), as divergências entre as tendências no interior do PT estiveram presentes desde o marco zero. O Campo Majoritário – tendência dominante no PT – foi criado no ano de 1995 a partir da convergência entre a Democracia Radical (liderada por José Genoíno), a Articulação (liderada por José Dirceu e Lula) e outros pequenos setores. Para Machado (2004), a maior parte deste Campo Majoritário foi alterando seus vínculos sociais e suas referências socialistas ao passo que construía laços crescentes com setores empresariais. Sobre a tendência Articulação ver o texto de Ozaí – “Trabalho e Política-Ruptura e tradição na organização política dos trabalhadores (Uma análise das origens e evolução da Tendência Articulação – PT)” (2003).

ganhar as eleições e até mesmo governar. Diz Machado: “Ganhar a confiança do grande capital foi o objetivo central da imposição da aliança com o PL, e já era uma preocupação antiga de Lula e de outros dirigentes”. O projeto de governo do candidato Lula teria então de abrir espaço para os interesses das classes dominantes. Nestas condições, Machado atribui à eleição de Lula o significado da vitória de um projeto de conciliação de classes.

Justificável ou não do ponto de vista ideológico, escolher um empresário para ser vice de Lula, o fato é que a busca de aliados entre adversários históricos mostrou-se um recurso importante para conquista do êxito eleitoral. Em aliança com o PL o candidato petista, finalmente, conseguiu a vitória nas urnas. É bom frisar que não atribuo o êxito de 2002 unicamente ao fato de José Alencar ocupar o posto de vice na chapa de Lula. Este é somente mais um dentre outros fatores os quais não serão abordados neste trabalho por não ser seu foco de atenção.

2.2. Formação do governo Lula

A vitória de Lula nas eleições presidenciais 2002 foi bastante comentada por vastos setores da intelectualidade, da imprensa e do empresariado dentre outros. O simbolismo representado pelo êxito de um ex-operário fez da vitória de Lula algo nunca visto antes na história política do Brasil¹⁷. Numa matéria da *Folha Online* (2002) que comenta o resultado da apuração, Lula é apontado como “primeiro líder de um partido de esquerda eleito presidente e, no cargo, o primeiro operário, o primeiro civil sem diploma universitário e o primeiro natural de Pernambuco a exercê-lo como titular”. O passado do candidato eleito e sua trajetória política incrementam o conteúdo das matérias acerca do pleito presidencial.

No campo intelectual esse fato político também não passou despercebido. Coutinho (2002) ressaltou não só o simbolismo representado pelo êxito de um ex-operário e retirante nordestino numa eleição presidencial, mas também o fortalecimento de uma das mais importantes instituições da sociedade civil – o Partido dos Trabalhadores (PT). O autor em tela concebeu a eleição de Lula como a maior vitória política da esquerda no país, sobretudo porque esta se deu em estreita ligação com o crescimento e fortalecimento do PT. Este é o

¹⁷ Cerca de 200 mil pessoas compareceram em Brasília para acompanhar a posse de Lula no dia 1º de janeiro de 2003. Muitos dos participantes que vieram de diversas partes do Brasil passaram a noite do *reveillon* na Esplanada dos Ministérios na expectativa de um bom lugar para os momentos da posse.

único partido brasileiro de esquerda a se tornar efetivamente um partido de massas por dispor, além de uma forte e crescente presença nas instituições, de um sólido vínculo com os movimentos sociais. Coutinho cumpre a importante tarefa de destacar o papel do Partido nesta vitória:

Para além do extraordinário simbolismo representado pela vitória de um ex-operário numa eleição presidencial, simbolismo tantas vezes ressaltado, cabe sobretudo lembrar que esta vitória – longe de ser o mero triunfo de um líder carismático, messiânico, como alguns sociólogos apressados o têm definido – foi a vitória de um projeto político, representado sobretudo por um partido [o PT] que soube crescer nos quadros de um processo de democratização do qual foi, de resto, um dos maiores protagonistas (COUTINHO, 2002).

Ao mesmo tempo o autor desmente a idéia de que o Governo Lula venha a ser o primeiro governo de esquerda na história do Brasil. O breve Governo João Goulart (1961-1964), em virtude do seu programa político reformista e dos vínculos que buscou manter com os movimentos sociais, foi certamente um governo de esquerda. Também não se pode dizer, continua Coutinho, que o governo Lula será o primeiro governo de esquerda eleito democraticamente em nosso Continente: Salvador Allende venceu as eleições no Chile em 1970 e governou por quase três anos, com o apoio de uma coalizão (a Unidade Popular) constituída por partidos (o comunista e o socialista) bem enraizados na sociedade. Apesar das semelhanças dos três casos quanto ao campo ideológico dos personagens, nem Jango nem Allende chegaram ao governo legitimados pela extraordinária votação – quase dois terços dos eleitores – que deu a vitória a Lula (COUTINHO, 2002).

É sob muita expectativa dos eleitores, dos movimentos sociais, dos intelectuais e de outros setores que tem início o governo Lula em janeiro de 2003¹⁸. As conversações para composição do novo governo ocorrem logo após a apuração do segundo turno e duram até os últimos dias de dezembro. A principal polêmica nesse intervalo entre o momento pós segundo turno e o início do governo foi a indicação de Henrique Meirelles – ex-presidente mundial do BankBoston e, à época da sugestão, deputado federal eleito pelo PSDB de Goiás – para presidência do Banco Central. Parlamentares do próprio PT, partido majoritário no governo Lula, mostraram insatisfação com o nome de Meirelles para o referido cargo. No Senado, por exemplo, ocorreu o episódio de um acordo que previa o não comparecimento de Heloísa

¹⁸ A pesquisa Sensus encomendada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT) atestou o otimismo dos brasileiros diante do governo que iniciaria no ano de 2003. Essa pesquisa, realizada entre 1º e 5 de novembro de 2002, constatou o seguinte: 76,1% dos entrevistados apostam que o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva fará um governo diferente e melhor do que o governo de Fernando Henrique Cardoso.

Helena à sabatina e votação de Meirelles. Assim, evitava o problema do PT se “dividir logo na primeira votação” na condição de partido governante¹⁹.

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) se tornou o grande alvo dos petistas na busca de aliados durante os meses antecedentes ao início do governo; o significativo número de parlamentares e governadores eleitos pelo PMDB foi a razão de Lula ordenar o diálogo com esse partido tendo em vista garantir a governabilidade da gestão. Zanini (2002b) relata que dentro do PT era voz corrente, mesmo antes do segundo turno, atrair o PMDB para órbita do futuro governo. Com os resultados do segundo turno esse sentimento de aproximação aumentou.

O surpreendente desempenho do PMDB em Estados importantes no segundo turno elevou o partido à condição de alvo prioritário do PT na busca de uma base sólida de sustentação para Luiz Inácio Lula da Silva. A ordem do presidente eleito aos dirigentes petistas é deflagrar uma operação imediata de cortejo aos peemedebistas. (...) O objetivo mínimo do PT é ter uma relação amistosa com os peemedebistas, mas o sonho de Lula é atrair o PMDB formalmente para sua base no Congresso. O PMDB terá 74 deputados federais e 19 senadores (ZANINI, 2002b).

Durante o pleito presidencial o PMDB estava formalmente aliado com o PSDB, contudo havia setores naquele partido apoiando outros candidatos. No segundo turno o mapa do PMDB ficou delineado da seguinte forma: 70% dos ocupantes de cargos de direção apoiaram Serra e 30% optaram por Lula. As conversas entre PT e PMDB após as eleições se arrastaram até o dia 20 de dezembro de 2002 quando então o presidente do PMDB, Michel Temer, lança nota afirmando que o seu partido não iria ocupar cargos no novo governo; partiu dos petistas a intenção de não implementar o acordo – este previa a entrega de dois ministérios aos peemedebistas.

A imprensa destacou quatro fatores que levaram Lula ao impasse no acordo: (1) temor de “manchar” a formação da equipe ministerial devido à má imagem de alguns setores do PMDB envolvidos com corrupção; (2) fortalecer o grupo lulista no interior do PMDB e enfraquecer a ala que optou por José Serra; (3) só no segundo semestre de 2003 haveria votações que demandam quórum maior e então teria tempo para ajudar a ala lulista a ganhar espaço no PMDB para se tornar maioria bem como atrair dissidentes peemedebistas a siglas aliadas; (4) a avaliação de Lula de que dois ministérios para o PMDB seria muito e talvez ineficaz em virtude da falta de unidade deste partido (ALENCAR, 2002).

¹⁹ No dia 16 de dezembro, o PT fechou questão pelo voto favorável a Meirelles. No dia 17, chegou-se a um acordo: Heloísa aceitou se ausentar da sabatina de Meirelles. A senadora alagoana justificava sua posição contrária afirmando que Meirelles “serviu aos interesses financeiros internacionais” – referência ao período na presidência do BankBoston.

O desfecho do ano de 2002 acabou com a formação do governo Lula sem a presença do PMDB nos ministérios. PT e PMDB estabelecem acordo para eleição das Presidências do Senado e da Câmara, decidindo que o primeiro partido ficaria com o cargo na Câmara e o segundo teria a Presidência do Senado. Dessa maneira a maior bancada na Câmara, a do PT, e no Senado, a do PMDB, assumiriam as Presidências. Nos cargos do primeiro escalão do governo (os ministérios) o PT ocupou uma quantidade significativa de vagas:

Hoje [29/05/2003], o PT tem 20 titulares dos 35 cargos com status de ministros – 24 ministérios, cinco secretarias especiais com status de ministérios e seis cargos na Presidência da República cujos ocupantes também têm status de ministro, incluindo o próprio Dirceu. Além do PT, ocupam ministérios os seguintes partidos: PL, PDT, PSB, PPS, PV, PTB e PC do B, com uma vaga cada um (ULHÔA, 2003).

Alguns ministérios foram preenchidos por pessoas sem filiação partidária. Por exemplo: os empresários Luiz Fernando Furlan e Roberto Rodrigues ocuparam, respectivamente, o Ministério do Desenvolvimento e o Ministério da Agricultura. A composição heterogênea, ponto de vista de origem de classe e de partido político, dos ministérios reflete o arco de alianças feito pelo PT no segundo turno das eleições 2002. Oito partidos que apoiaram Lula no pleito eleitoral assumiram cargos no primeiro escalão do governo – PT, PL, PDT, PSB, PPS, PC do B, PV e PTB. O PMN e o PCB, partidos componentes da coligação vencedora desde o primeiro turno, não ocuparam ministérios; mesmo assim permaneceram na base aliada. No Congresso, Lula contava ainda com os votos de setores do PMDB e da maioria da bancada do PP²⁰.

²⁰ O PP (Partido Progressista), ex-PPB e descendente direto da Arena (Aliança Renovadora Nacional), sigla que deu sustentação ao regime militar (1964-1985), anunciou a adesão formal à base de apoio do presidente Lula em maio de 2003. Para aderir ao governo, os congressistas do PP mantiveram várias indicações feitas para cargos federais de segundo e terceiro escalões durante os anos de Fernando Henrique Cardoso. Maiores informações sobre a adesão do PP ao governo Lula podem ser vistas na *Folha Online* do dia 16 de maio de 2003.

Tabela 1 - Nomeação ministerial por partido

Partido	Quantidade de Ministérios
PT	21
Sem filiação partidária	7
PL	1
PSB	1
PDT	1
PC do B	1
PPS	1
PTB	1
PV	1
TOTAL	35

Fonte: Arquivos Folha e Especial Governo Lula. Disponíveis em:

<http://fws.uol.com.br/folio.cgi/ministro.nfo/query=*/doc/{1,0,0,0}/hit_headings/hit_only?>.

Acesso em: 01 jun. 2006 (arquivos Folha);

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/governolula/futuro_governo-ministerio.shtml>.

Acesso em: 01 jun. 2006 (Especial Governo Lula).

O PT concentrou uma quantidade significativa de ministérios, realizando uma divisão desproporcional dos cargos de primeiro escalão entre os aliados. Coube ao PT um total de vinte um postos ministeriais num universo de trinta e cinco, ficando então com 60% desse total. Essa situação guarda semelhança com apenas dois momentos na história do Brasil republicano: governo Dutra (1946-51) e o governo Sarney (1985-90). No primeiro caso, o PSD detinha cerca de 50% dos postos ministeriais; no início do governo Sarney, o PMDB teve mais de 70% dos postos²¹.

²¹ Os dados sobre a ocupação dos ministérios nas gestões de Dutra e Sarney foram extraídos da seguinte referência: ABRANCHES, Sérgio H. Hudson de. *Presidencialismo de Coalizão: o dilema institucional brasileiro. Dados-Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 31, n. 1, p. 5-34, 1988.

Tabela 2 - Bancadas partidárias e peso ministerial

PARTIDO	BANCADA²²	%	Nº DE MINISTÉRIOS	%
PT	91	17,74%	21	60%
PFL	76	14,81%	-	-
PMDB	70	13,65%	-	-
PSDB	63	12,28%	-	-
PPB	43	8,38%	-	-
PTB	41	7,99%	1	2,8%
PL	34	6,63%	1	2,8%
PSB	28	5,46%	1	2,8%
PDT	18	3,51%	1	2,8%
PPS	21	4,09%	1	2,8%
PC do B	12	2,34%	1	2,8%
PRONA	6	1,17%	-	-
PV	6	1,17%	1	2,8%
PMN	2	0,39%	-	-
PSC	1	0,2%	-	-
PSL	1	0,2%	-	-
Sem filiação partidária	-	-	7	20%
TOTAL	513	100%	35	100%

De acordo com Vianna (2005), a principal ambição da agenda de campanha petista – atenuar os constrangimentos impostos pelo sistema financeiro nacional e

²² Considerei como “bancada” apenas o número de parlamentares da Câmara Federal, seguindo o exemplo da literatura que trata desse assunto (caso de Meneguello [1998]).

internacional às atividades produtivas, permitindo crescimento econômico com inclusão social de setores marginalizados da população – enfrentaria sérios obstáculos. A insuficiente representação do PT no Congresso Nacional e a alta legitimidade popular do tema da estabilidade monetária são alguns dos obstáculos apontados pelo autor em tela. Diante desse quadro, Vianna (ibid) afirma que cabia ao governo Lula optar por uma alternativa dentre três possíveis:

(...) 1. estabelecer uma aliança com um partido social e politicamente expressivo em torno de um programa-mínimo comum; 2. governar com forças próprias e aliados seguros à esquerda do espectro partidário em torno de uma agenda factível para essa base parlamentar, negociada ponto a ponto com os demais partidos e suportada, sempre que possível, por movimentos e instituições da sociedade civil; 3. compor uma ampla base parlamentar com um conjunto de partidos de menor densidade política e eleitoral sem prévios compromissos (salvo no caso dos partidos também de esquerda com programa de mudança) (VIANNA, 2005, p. 19).

A terceira opção, continua Vianna, se impôs. Tal caminho implicava o loteamento da máquina estatal entre os partidos aliados, dentre os quais alguns partidos de clientela treinados em extrair recursos públicos para servirem a interesses particularistas e às suas campanhas eleitorais. A alternativa escolhida significava também que o governo não recorreria à mobilização da sociedade civil para realizar a agenda de campanha e que sua política obedeceria aos limites demarcados pela heterogênea base de sustentação parlamentar (VIANNA, 2005).

O ex-ministro José Dirceu, numa entrevista a revista *Caros Amigos* (2006), justificou a aliança do governo Lula com pequenos partidos da direita (PL, PP e PTB) argumentando a necessidade de formar maioria no Congresso. Esses três partidos, diz o petista em tela, são pequenas siglas da direita que não tem hegemonia no processo político do país. A direita hegemônica no Brasil, aquela que governa e dirige o processo político, é representada pelo PSDB e PFL – partidos de oposição ao governo Lula. As alianças feitas pelo PT, continua Dirceu, possibilitam uma maioria para governar, mas não para aprovar projetos “de caráter de esquerda, seja no campo da moral e do comportamento, seja no campo social, seja no da economia, você não passa de 120 votos na Câmara e de 23, 24 no Senado. Por que aí vira classe contra classe, política de esquerda e direita” (2006, p.40). Para Dirceu, o governo Lula faz um governo de centro-esquerda porque as condições do Brasil não permitem uma gestão só de esquerda.

O *slogan* do governo – *Brasil, um país de todos* – reflete bem o sentimento conciliatório na composição do bloco governista. Genro (2004) afirma que o PT deseja

promover a conciliação de interesses através de um acordo com sentido policlassista; está descartada a tentativa de estimular a luta de classes. A presença de representantes de diversas classes sociais e de partidos com feições distintas no Poder Executivo corrobora essa afirmação de Genro. Na condição de membro da equipe de transição em fins do ano de 2002, Dirceu falou aos empresários do Rio de Janeiro que o governo Lula seria parceiro do empresariado nacional:

O futuro ministro-chefe da Casa Civil, deputado José Dirceu (SP), disse ontem [13/12/2002] que o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, pretende construir uma aliança com o empresariado nacional para governar o país e que a escolha do deputado tucano e ex-banqueiro Henrique Meirelles (GO) para o Banco Central é uma consequência dessa estratégia. (...) Aos empresários, José Dirceu lembrou que o vice de Lula, senador José Alencar (PL), dono da Coteminas, também foi escolhido com a mesma intenção de costurar um governo de consenso, ou como disse, de buscar um “pacto social” entre entidades sindicais e empresariais (MELO, 2002).

É nesse quadro de empenho pela realização de um “pacto social” entre várias forças políticas e classes sociais que ocorre a formação do governo Lula. A singularidade deste governo reside em vários fatores, dentre os quais o fato de ser a primeira experiência das esquerdas²³ na direção política do Poder Executivo. Pela primeira vez a imprensa falou numa “base política de esquerda do governo”.

²³ Faço referência aqui aos partidos de esquerda do contexto pós regime militar.

3. GOVERNO LULA E OS PARTIDOS DE ESQUERDA

3.1. Dinâmica de convergências e divergências: início da gestão Lula

No início do Governo Lula todos os partidos de esquerda com representação no Congresso Nacional participavam da base aliada: PT, PC do B, PSB, PPS e PDT. Dos 513 deputados na Câmara Federal, as esquerdas detinham na data de posse um número de 161 parlamentares; no caso do Senado Federal, tinha 24 senadores do total de 81. Esse quadro partidário não permaneceu estático durante os quatro anos do novo governo. No decorrer da gestão ocorreu movimentação no sentido da situação para oposição e até ruptura no partido majoritário do governo (PT).

Dentre os partidos componentes da base aliada, o PT foi quem teve o maior número de cargos no governo e também apareceu como a força política de esquerda de maior expressão no Congresso. Coube ao PT a condução do governo Lula, tendo então pela primeira vez os ônus e bônus da experiência de governo no âmbito federal. Essa responsabilidade de gerir o poder Executivo Nacional trouxe ao PT e aos demais partidos de esquerda debates polêmicos nas suas instâncias partidárias. Em virtude de algumas propostas do governo, diversos setores da sociedade começaram a discutir o caráter de esquerda dos partidos governistas – mais a frente será discutido melhor este aspecto. Já no primeiro ano de gestão, apesar da grande popularidade de Lula, muitos conflitos vieram à tona na relação entre as esquerdas e o governo.

O que sobressai no debate político durante o ano de 2003 é a política econômica implementada pelo governo e o projeto das reformas previdenciária e tributária. A princípio a política econômica é identificada pela esquerda como de responsabilidade do Ministro da Fazenda Antonio Palocci (PT) e não do governo Lula, cabendo então ao ministro inúmeras críticas. O então deputado federal Lindberg Farias da “esquerda do PT” exemplifica esse sentimento de atrelar a economia apenas à figura de Palocci, deixando de lado qualquer eventual crítica ao Presidente Lula.

Vamos nos juntar com todos que discordam dos rumos da política econômica de Palocci e que querem construir os primeiros passos para o desembarque do neoliberalismo. (...) A via Palocci é a mesma de FHC e já deu mostra de seu fracasso. Malan e Palocci usam, inclusive, os mesmos argumentos (FARIAS, 2003, p. A3).

As críticas e o apoio mais intenso ao governo variavam no PT de acordo com a postura de quatro grupos centrais. Os noventa e três deputados federais petistas estavam locados nas tendências de centro, as de “esquerda”, o grupo dos independentes e o Campo Majoritário. Vinham dos parlamentares pertencentes às tendências de esquerda (Democracia Socialista, Articulação de Esquerda e outras) as maiores e mais intensas críticas aos rumos da política econômica. Os dirigentes do PT e os parlamentares ligados ao Campo Majoritário cumpriam a função de “escudo” do governo. O caso mais emblemático desse confronto entre as tendências na avaliação da gestão Lula reside no processo aberto por Sílvio Pereira (Secretário Geral do PT em 2003) que resultou na expulsão do “quarteto radical” da época: a então senadora Heloísa Helena (AL) e os deputados federais Luciana Genro (RS), Babá (PA) e João Fontes (SE).

Os quatro parlamentares expulsos foram veementes críticos da política econômica do governo Lula desde o início de 2003. Tanto é que logo no dia 11 de maio a Executiva Nacional abriu processo disciplinar contra Heloísa Helena, Luciana Genro e Babá; o deputado João Fontes entrou na lista de expulsão após divulgar no dia 21 de maio um vídeo contendo discurso feito por Lula na década de 1980 criticando mudanças na Previdência. Neste vídeo, Lula criticava justamente o que pretendia fazer na condição de governo. O processo disciplinar se arrastou até o mês de dezembro quando então ocorreu a expulsão depois de muita discussão pró e contra governo.

O PPS também expressou sua crítica ao governo desde os primeiros meses da gestão lulista. Já no terceiro mês de governo o deputado federal e presidente do PPS, Roberto Freire, divulgou um documento de 14 páginas (“PPS - Alguns temas, idéias, posicionamentos e polêmicas”) denunciando a “deficiência ou quase inexistência” da “componente estratégica” do projeto executivo de governo (CANTANHÊDE, 2003). A principal preocupação de Freire no texto residia na opção do governo pela manutenção da política econômica aos moldes da gestão anterior. Três meses depois Freire divulgou outro texto (“O Brasil quer mudanças reais”) no qual expressa novamente descontentamento com os rumos da economia. Cito-o: “Em assim sendo, temos de afirmar, os grandes interesses nacionais estão comprometidos pela política monetária colocada em prática pelo governo federal” (FREIRE apud NAVARRO, 2003).

Os momentos de maior tensão entre o governo e os partidos de esquerda durante o primeiro ano de governo consistem na votação da PEC do sistema financeiro (02 de abril) e na votação da Reforma da Previdência (aprovada em 1º turno no dia 06 de agosto e em 2º

turno no dia 27 de agosto). Os deputados petistas votaram a favor da PEC, mas trinta e três deles subscreveram uma declaração de voto contrária à independência do Banco Central (BRAGON, 2003a, p. A8). O governo ainda substituiu um diretor do Banco Central para atender aos petistas descontentes, embora a insatisfação com a referida PEC extrapolasse os limites do PT.

Não são apenas os integrantes da esquerda do PT que são contrários ao projeto de autonomia operacional do Banco Central, uma das prioridades do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Partidos da base aliada do governo, como o PDT e PPS, ameaçam votar contra a PEC (proposta de emenda constitucional), que altera o artigo 192 da Constituição e abre caminho para a autonomia operacional do BC (FUTEMA, 2003).

A direção do PSB também teve dificuldades para convencer a bancada na Câmara a votar a favor do governo, tendo que construir uma nota defendendo a regulamentação do sistema financeiro e contra eventual projeto de autonomia do Banco Central (FOLHA DE SÃO PAULO, 2003a). A PEC, que tinha por finalidade facilitar a autonomia do Banco Central, só conseguiu aprovação em virtude dos votos oriundos do PFL e do PSDB. Essa votação colocou o governo pela primeira vez numa situação difícil no Congresso, tendo de recorrer aos votos da oposição:

Dos 442 votos obtidos pelo Planalto, apenas 246 vieram da base aliada, ou seja, número insuficiente para aprovar uma emenda constitucional, que exige 308 votos, e precário também para aprovar uma lei complementar, que exige a maioria absoluta de 257 deputados. PFL e PSDB contribuíram com 118 votos (BRAGON, 2003b, p. A8).

No mês seguinte ao sufoco da votação da PEC do sistema financeiro, trinta deputados do PT lançaram um manifesto cujo título foi *Tomar o Rumo do Crescimento Já!* Esses deputados, a maioria deles ligados às tendências da esquerda, faziam no manifesto um ataque à política econômica do Antonio Palocci e pediam que o debate sobre a Reforma da Previdência tivesse a “marca substantiva da inclusão social e ampliação de direitos”. O manifesto provocou uma crise na bancada petista, acirrando os ânimos entre os moderados e os setores mais críticos do governo. Pouco mais de uma semana após a divulgação do manifesto, dirigentes do PT e do governo se reuniam para avaliar o desgaste causado pela base aliada.

A cúpula do PT se reuniu anteontem [11/06/2003], em um hotel de Brasília, com 25 dos 27 ministros e secretários de primeiro escalão do partido para tentar enquadrar os dissidentes da bancada congressual e frear um processo de desarticulação entre os

dirigentes da legenda. (...) Segundo a **Folha** apurou, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a cúpula do PT avaliam que o partido e o vice-presidente José Alencar (PL) foram nas últimas três semanas as forças que mais desgastaram o governo (ALENCAR, 2003, p. A5).

A preocupação do governo e do PT em “tentar enquadrar” os parlamentares da base aliada se fazia presente em virtude da proximidade da votação da Reforma da Previdência. No final de agosto o governo aprovou, com a ajuda da oposição, em segundo turno o texto da Reforma citada e teve o voto contrário de deputados petistas. Babá, Luciana Genro e João Fontes votaram contra o projeto; um grupo de oito petistas se absteve da votação em primeiro turno e no segundo seis deles mantiveram a mesma postura, um optou pelo voto contrário e o outro não compareceu. Como o PT havia fechado questão favorável ao texto da Reforma, o grupo de oito parlamentares recebeu suspensão por sessenta dias das atividades da bancada. Os três deputados que votaram contra nos dois turnos tiveram o julgamento adiado até meados de dezembro, contudo estes congressistas já anunciavam a formação de novo partido na primeira semana de setembro.

O PDT também anunciou, de forma antecipada, a postura contrária ao projeto da Reforma da Previdência. Leonel Brizola, um dos aliados mais críticos do governo Lula, logo articulou junto à Executiva Nacional do PDT uma resolução contra a referida Reforma.

Dos partidos que integram a base aliada do Planalto, o PDT é o único que tem decisão contrária à contribuição formalizada pelo Diretório Nacional. PPS, PTB e PL estão fechados com os projetos de Lula. No PSB e PC do B, há manifestações contrárias, mas devem seguir a orientação de suas direções a favor das propostas (FOLHA ONLINE, 2003a).

O PPS, apesar da resolução favorável, considerava a reforma limitada estrategicamente (FOLHA ONLINE, 2003b). O PC do B decidiu pela posição favorável ao projeto do governo, porém não conseguiu evitar as dissidências na bancada – “um fato único na história da representação parlamentar comunista no Congresso Nacional” (PC do B, 2003).

A polêmica Reforma da Previdência proposta pelo governo tinha como pontos mais controversos a cobrança de contribuição de servidores inativos, o fim da aposentadoria integral de futuros servidores públicos e a autonomia do Banco Central. O governo enfrentou manifestação dos servidores públicos no período pré e pós votação da Reforma, começando nesse intervalo a ganhar fôlego a tese da “traição” do PT às suas bandeiras históricas de luta. À medida que os conflitos foram ficando mais intensos, o presidente Lula foi sendo envolvido nas críticas direcionadas ao governo. Até então os alvos de ataques consistiam nos nomes de Antonio Palocci, Henrique Meirelles e Roberto Rodrigues. Os dois primeiros eram criticados

por implementarem política econômica semelhante a do governo FHC, enquanto o Ministro da Agricultura Roberto Rodrigues recebia críticas por causa dos vínculos com o agronegócio e com os ruralistas.

Os congressistas do PT que votaram contra ou se abstiveram com relação ao texto da Reforma usaram como justificativa a coerência com as bandeiras históricas do Partido. Esses parlamentares alegavam que estavam agindo de acordo com a trajetória do PT, acusando os petistas no governo de desrespeitarem a história de lutas da sigla. Desse desgaste interno teve origem uma agremiação opositora do governo: Partido Socialismo e Liberdade (P-SOL).

Em 2003, o grande eixo político que agrupa alguns dos setores que futuramente irão romper com o PT e construir o P-SOL é a luta contra a contra-reforma da previdência. Isto é válido para importantes sindicatos e uma parcela significativa de militantes ligados ao funcionalismo público. No plano parlamentar, diversos petistas, desde o início, avisam que são contra a reforma da previdência e assim iriam votar, o que de fato fazem (POMPÊO, 2007).

O conteúdo da reforma proposta pelo governo contribuiu para gerar dissensos não só no interior do PT. O PDT aprovou a resolução de ruptura com o governo em dezembro de 2003, apontando como um dos motivos a retirada de “direitos dos trabalhadores ativos e inativos”, via projeto da reforma. Com onze meses de exercício da gestão, o Diretório Nacional do PDT formalizou a decisão de sair do governo. Algumas personalidades do Planalto – caso do então ministro da Casa Civil, José Dirceu, e do líder do PT na Câmara, Nelson Pellegrino – já sinalizavam no mês de junho que a agremiação de Brizola era “primeira baixa no grupo que apóia o governo Lula”. A avaliação tinha como base algumas posturas contrárias do PDT com o governo: “O partido não apoiou o Planalto na aprovação da emenda que dá o primeiro passo para a autonomia do BC, se ausentou da votação da reforma tributária na CCJ da Câmara e declarou voto contrário à reforma previdenciária” (FOLHA ONLINE, 2003c).

Na verdade, mesmo entre os moderados do PT havia descontentamento ao terminar o primeiro ano de governo. O Diretório Nacional do PT reuniu-se em meados de dezembro para discutir, dentre outros temas, o primeiro ano de governo Lula. Das oito teses levadas para reunião, até a do Campo Majoritário continha críticas a política econômica. Se no Congresso, no governo e na imprensa os petistas vinculados ao Campo Majoritário faziam a defesa mais ardorosa do governo Lula, no debate interno do Partido ficou explícito certo descontentamento desse setor com a prática da gestão.

A tese-guia [da reunião do Diretório Nacional do PT] será a do campo majoritário, que reúne cerca de 70% dos votos do Diretório Nacional. Apesar de classificar como necessária a política econômica adotada pelo ministro Antonio Palocci Filho (Fazenda), ela faz crítica sutil à sua condução até aqui. “Há no PT e fora dele opiniões que sustentam que a política monetária poderia ter sido afrouxada há mais tempo e com uma queda mais veloz na taxa de juros”, diz a tese do campo majoritário (FRAGA, 2003, p. A13).

Nota-se nesta avaliação do Campo Majoritário que o Presidente Lula não é responsabilizado pela política econômica do governo e sim o ministro Antonio Palocci. Os “radicais” do PT, por sua vez, já não faziam essa separação em fins de 2003. Nas vésperas da reunião do Diretório Nacional cuja pauta seria o processo de expulsão, a senadora Heloísa Helena e os deputados federais João Fontes, Babá e Luciana Genro fizeram o papel de principais oradores num ato contra a Reforma da Previdência no centro do Rio de Janeiro. O deputado Babá dizia na ocasião: “Só estamos dando continuidade à história do PT. Se existe alguém traindo a trajetória do partido, não somos nós, é a política econômica do presidente e do ministro da Casa Civil, José Dirceu” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2003b). Assim, os parlamentares petistas aproveitam os últimos momentos na sigla para dar fôlego à tese de “traição” por parte de Lula e do PT.

Lemenhe (2006) constata um par de representações do Presidente Lula cujos conteúdos são radicalmente opostos: “Lula traidor” e “Lula companheiro”. A autora em tela aponta como construtores mais visíveis da representação do “Lula traidor”: setores do próprio partido do Presidente (PT) – “esquerda do Partido”, PDT, PSTU e porta-vozes de algumas centrais sindicalistas. Lideranças do PFL e PSDB, apesar do apelo de plagiar as esquerdas na figuração do “traidor”, colaboram para cristalizar a representação (2006, p.57-58).

De acordo com Lemenhe (ibid), a modelação da figura do “traidor” por parte dos segmentos da esquerda tem referentes a partir de dois elementos: a *Carta ao Povo Brasileiro* e a aliança com o PL. Uma série de ações e posturas do presidente eleito – referendadas por segmentos hegemônicos da direção nacional do PT – implementadas desde o início do governo se tornaram “elementos empíricos mais decisivos para a validação da idéia da traição e modelagem da figura do ‘traidor’” (2006, p. 59). Quatro situações são destacadas pela autora: (1) composição do ministério com empresários ou executivos com estreitas ligações pessoais e de classe com os interesses dos setores financeiros e industriais nacionais e internacionais; (2) diretrizes da política econômica, orientadas simultaneamente para a contenção do *déficit* público, controle da inflação e manutenção do *superavit* em níveis pactados com as agências internacionais; (3) a Lei de Reforma da Previdência que alterou a

legislação reguladora do contrato de trabalho do servidor público; (4) a eclosão de denúncias de venalidades graves praticadas por membros do governo e do PT (p.59-60).

Dentre as denúncias de venalidades contra membros do governo, a primeira das mais graves vem à tona em fevereiro de 2004: “caso Waldomiro”. O mais afetado com a denúncia, no primeiro escalão do governo, foi certamente o então ministro José Dirceu – o “capitão do time” de Lula. Homem de confiança de José Dirceu, Waldomiro Diniz aparece em vídeo gravado em 2002 pedindo propina e contribuição de campanha a um empresário do ramo do bingo (Carlinhos Cachoeira). À época, Waldomiro presidia a Loterj (Loteria do Estado do Rio de Janeiro), no governo Benedita da Silva (PT). Em 2003, já na Subchefia de Assuntos Parlamentares da Casa Civil, Waldomiro se reuniu com Cachoeira e representantes de empresa interessada em renovar contrato com o governo federal (ALENCAR, 2004a, p. A11).

Em virtude dos estreitos laços políticos com Waldomiro Diniz, José Dirceu saiu como o maior prejudicado dessa “primeira crise política do governo Lula”. Acerca do futuro do então ministro, a cúpula do PT avaliava que ele jamais voltaria a ser “tão poderoso” como era (idem). Essa crise serviu como fator capaz de desajustar o equilíbrio de forças entre Dirceu e Palocci. O enfraquecimento político de Dirceu implicou num acúmulo de prestígio para Palocci dentro do governo e conseqüentemente num respaldo maior da política econômica em vigor. Reportagem da *Folha de São Paulo* constata os efeitos sofridos por Dirceu: “Enfraquecido desde que Waldomiro, ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil, apareceu em vídeo de 2002 pedindo recursos para campanhas eleitorais e para si, Dirceu sentiu o golpe e não tocou bem o gerenciamento [do governo]” (ALENCAR, 2004b).

Antes da eclosão dessa crise, o Presidente Lula já tinha retirado de Dirceu as atribuições de coordenador político. O “capitão do time” de Lula, com a realização da reforma ministerial em janeiro de 2004, ficou responsável pelo gerenciamento do governo e a articulação política foi dada para Aldo Rebelo (PC do B). O desenrolar do “caso Waldomiro” colocou em xeque a condição de “capitão do time”; Dirceu reagiu aos ataques da oposição atuando para evitar CPI no Congresso. No âmbito do governo, o então ministro tentou colocar o “fogo amigo” – as críticas dos aliados – contra Palocci.

Em todas as vezes em que a política econômica foi alvo de críticas no seus mais de 14 meses de governo, Lula bancou Palocci. Não foi diferente nos últimos dias, quando Dirceu, enfraquecido pela repercussão do caso Waldomiro Diniz, tentou “jogar” a crise para o colega da Fazenda (ALENCAR, 2004c). Lula está contrariado com clima de disputa entre Dirceu e Palocci. Dirceu, enfraquecido pelo caso Waldomiro Diniz, busca reforçar a imagem de contraponto a

Palocci para se fortalecer no PT e perante aliados. Lula também não gostou de saber que a “Articulação”, tendência do PT que não dá um passo nas reuniões da Executiva sem avisar Dirceu, incentivou o ataque à política [econômica] (ALENCAR, 2004d).

Dirceu não era o único com motivos para criticar a política econômica do governo Lula. O ano de 2004 era de eleições municipais e muitos pré-candidatos aliados do governo Lula estavam dispostos a não apoiar a política econômica em vigor. Tanto é que a Executiva Nacional do PT decidiu lançar no dia 05 de março 2004 um documento no qual cobra “mudanças” nesta área. O documento intitulado *Em Defesa do Patrimônio Ético do PT*, além de abordar o “caso Waldomiro”, coloca a necessidade de dar nova orientação a política econômica. A direção do PT recuou diante da irritação de Lula e Palocci com o documento, porém os prefeitos petistas não cederam. Os candidatos aliados do governo temiam que a queda de 0,2% do PIB ocorrida em 2003 voltasse no ano eleitoral. Por isso ganhou fôlego uma nova onda de críticas.

No mês de março, uma “frente parlamentar e social” também engrossa os ataques contra a política econômica. Composta por 63 deputados – 16 deles do PT e outros 30 dos demais partidos aliados –, por associações de classe e representantes da sociedade civil, tal entidade foi criada em dezembro de 2003 com a finalidade de defender a redução dos juros, o abrandamento do controle de gastos públicos e apresentar uma “solução urgente” para a dívida pública (PATÚ, 2004). Diversos nomes da ala moderada do PT ingressaram nessa entidade.

O fato de 2004 ser um ano eleitoral teve efeito também na votação do salário mínimo. O PSDB propôs um valor de R\$ 275 para o novo salário mínimo, enquanto o governo Lula fixou a quantia de 260. O PT fechou questão a favor da proposta do governo, apesar de temer uma votação “tão desgastante quanto a da reforma da Previdência, que ocorreu no ano passado [2003], quando houve a expulsão de quatro parlamentares do partido” (DUAILIBI, 2004). Após a votação, o PT contou com um total de doze dissidentes (nove deputados e três senadores) que foram punidos pela Executiva Nacional: eles ficaram impedidos de serem indicados para função de representação de bancada e do PT.

Os parlamentares do PT descontentes com a proposta do governo pertenciam em boa parte a ala esquerda do Partido; somente um deputado era pré-candidato nas eleições municipais de 2004. As pré-candidaturas vão falar mais alto do que a lealdade com o governo entre os demais partidos aliados. Votações polêmicas como essa num período pré-eleitoral

pode pôr a perder candidaturas. Para evitar qualquer desgaste público vários parlamentares da base do governo Lula preferiram desobedecer a orientação partidária.

Na dissidência de 4 dos 9 deputados do PC do B, a sigla do ministro Aldo Rebelo (Coordenação Política), dois são pré-candidatos. (...) No PPS, rachado entre apoiar ou se opor ao governo, dos cinco deputados-candidatos, quatro votaram pelos R\$ 275 e um faltou. O PSB deu apenas dois votos contra o governo, todos de pré-candidatos – Luiza Erundina, em São Paulo, e Gonzaga Patriota, em Petrolina (PE) (BRAGON; KRAKOVICS, 2004).

Os aliados do governo também adquirem sua parcela de bônus nos momentos eleitorais. Estou me referindo ao crescimento dos partidos que compõem a base aliada. Enquanto o PSDB diminuiu o número de candidaturas com relação ao pleito municipal de 2000, os partidos governistas viram crescer a quantidade de candidatos. O PC do B, por exemplo, foi quem teve a maior expansão proporcional: houve um aumento de 143% dos candidatos a prefeito e vereador. O conjunto dos oito maiores partidos aliados ao governo Lula teve um aumento de 31% do número de candidatos (BRAGON, 2004, p. A10).

No Congresso Nacional as legendas que mais cresceram durante o mandato do presidente Lula foram o PL e o PTB, enquanto o PSDB e o PFL figuravam entre os mais prejudicados pela troca de partido feita pelos parlamentares. Para Schmitt (2004), os dados da migração partidária comprovam a atração exercida pelo Poder Executivo. Cito-o: “Os partidos que mais se beneficiam da infidelidade partidária são, como sempre, aqueles mais próximos do governo. As maiores perdedoras são, como sempre, as siglas de oposição” (SCHMITT, 2004).

Nessas eleições municipais de 2004, o PT inicialmente concentrou esforços no “projeto de aliança preferencial” com o PMDB. Em setembro de 2003 os presidentes desses dois partidos criaram uma comissão para “amarrar as alianças nas capitais” entre as duas siglas (FREIRE; ORNAGHI; PEIXOTO, 2004, p. A6). Na reta final do prazo para definição das candidaturas o PT descartou o PMDB, dadas às dificuldades nas negociações, e passou a investir na conquista do apoio do PTB e do PL (COSTA, 2004, p. A9). O projeto de Lula de repetir nas capitais a formação do bloco governista no Congresso não saiu como desejado. O PC do B foi quem estabeleceu mais parcerias com o PT nas capitais – estiveram juntos em 19 delas. O PT teve o maior número de candidaturas próprias nas grandes cidades, provocando insatisfação nos pequenos partidos aliados.

Aliados invocam Inácio Arruda, derrotado em Fortaleza, como exemplo do mau negócio que seria apoiar o governo Lula. O deputado votou a favor de tudo o que lhe

foi pedido, inclusive a reeleição de João Paulo. E viu o presidente da Câmara subir no palanque da petista Luizianne (FOLHA DE SÃO PAULO, 2004).

A postura do PT nas eleições 2004 acabou entrando no rol de fatores que levaram o PPS a sair da base aliada do governo. O PPS, segunda “baixa” entre as esquerdas na base governista, acatou a proposta de Roberto Freire e deixou o governo Lula em dezembro de 2004. Constavam nas reclamações do PPS a política econômica e social do governo, além de “muitas mágoas do período eleitoral” (SILVEIRA, 2004).

3.2. Convergências e divergências na segunda metade do governo (2005-06)

Após as eleições municipais de 2004, o novo desafio do governo Lula seria aglutinar a base de apoio no Congresso para vencer a eleição na Câmara Federal. Como o PT era o detentor da maior bancada, caberia ao Partido então apontar um nome para presidir a Câmara Federal até fevereiro de 2007. Na prática tudo foi bem mais complicado, a começar pela escolha do deputado no próprio PT. Dessa vez o conflito interno se deu entre os moderados da sigla que não chegaram a um acordo do candidato escolhido. Dois petistas se candidataram para presidir a Câmara: o “candidato oficial da bancada petista e do governo” era o paulista Luiz Eduardo Greenhalgh e o candidato avulso consistia no mineiro Virgílio Guimarães.

Surgiram cinco candidatos para concorrer ao cobiçado cargo: Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), Severino Cavalcante (PP-PE), Virgílio Guimarães (PT-MG), José Carlos Aleluia (PFL-BA) e Jair Bolsonaro (PFL-RJ). Vários ministros do governo e a cúpula petista trabalharam pela candidatura de Greenhalgh, no entanto tais esforços não foram suficientes para evitar a “noite dos severinos”. A votação teve início às 18 horas do dia 14 de fevereiro 2005 e perdurou por mais de 12 horas, tendo como resultado a vitória de Severino Cavalcanti no segundo turno contra Greenhalgh. Pela primeira vez um candidato do governo perdeu a eleição para dirigir a Câmara dos Deputados.

O governo sofreu sua maior derrota no legislativo com a eleição na madrugada de ontem de Severino Cavalcanti (PP-PE) para a Presidência da Câmara dos Deputados, fato inédito na história recente, já que não há registro de vitória de um candidato de oposição numa disputa com um governista para dirigir a instituição (BRAGON; ZANINI, 2005, p. A6).

A derrota dos dois candidatos petista na eleição da Câmara foi apenas uma das várias insatisfações do governo Lula durante o ano de 2005. O terceiro ano do governo foi marcado por uma crise política de grandes proporções. Denúncias de “mensalão”²⁴, caixa dois e o caso dos “dólares na cueca” levaram o PT e o governo Lula a sofrerem perdas significativas. Antes da eclosão da crise do “mensalão”, o PCB realizou no mês de março seu XIII Congresso e decidiu pela ruptura com o governo Lula. O Partidão, mesmo tendo sido membro da *Frente Popular* que levou Lula à vitória em 2002, avaliou que o governo estava “a serviço do grande capital” (PCB, 2005). Posteriormente, o PCB aproxima-se politicamente do P-SOL, vindo inclusive a compor, nas eleições presidenciais de 2006, a chapa nacional denominada *Frente de Esquerda*, composta por P-SOL, PCB e PSTU.

A crise política tem início com a reportagem da revista *Veja* na qual reproduz o conteúdo de uma fita que mostrava o funcionário dos Correios Maurício Marinho recebendo propina no valor de três mil reais de empresário interessado em participar de licitação promovida pela estatal. Maurício Marinho diz na fita que atua com o aval tanto do PTB quanto do presidente da sigla Roberto Jefferson. O fato do PTB compor a base aliada trouxe repercussões negativas para o governo.

A partir dessa reportagem os parlamentares da oposição articularam a criação da CPI dos Correios. O governo tentou até o último instante do prazo fazer os parlamentares retirarem as assinaturas do requerimento de abertura da CPI, mas não obteve o êxito necessário. Onze Deputados da esquerda do PT e o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) forneceram as assinaturas para criar a CPI, provocando descontentamento na direção do Partido. Os demais partidos da base aliada também contribuíram com assinaturas, contudo o então presidente do PT, José Genoino, preferiu eximir os aliados da culpa pela vitória da oposição.

Em razão do comportamento dos petistas dissidentes, Genoino disse não ser possível culpar aliados de outros partidos que apoiaram a CPI. Segundo ele, não foi dado o exemplo da unanimidade no próprio PT. “Criaram [os petistas] um constrangimento para nossos aliados”, disse (GERCHMANN, 2005, p. A5).

Genoino certamente não imaginava o “constrangimento” que essa propina nos Correios traria para o quadro político nacional. Três semanas após a reportagem da *Veja*, Roberto Jefferson concedeu entrevista à Folha de São Paulo (nos dias 06 e 12 de junho)

²⁴ O “mensalão” se refere a uma denúncia de que o PT fazia pagamentos mensais a deputados do PP e do PL em troca do apoio no Congresso. Mais a frente apresentarei com maiores detalhes o episódio do “mensalão” e de outras denúncias.

denunciando que o PT fazia um pagamento de R\$ 30 mil mensais por deputado em troca de apoio ao governo nas votações. Tal esquema de pagamento ficou conhecido no país pelo nome de “mensalão” e marcou a maior crise política do governo Lula. Além da CPI dos Correios, mais duas comissões foram criadas para investigar as denúncias de Jefferson: CPI do Mensalão e CPI dos Bingos.

Depois de vinte anos se apresentando como “único referencial de ética pública” no país²⁵, o PT sofreu um intenso desgaste ao ser acusado de responsável pelo “mensalão”. Os dirigentes do Partido envolvidos nas acusações tiveram o seguinte defecho: Delúbio Soares (Tesoureiro) foi expulso; José Genoíno (Presidente) deixou o cargo; Sílvio Pereira (Secretário Geral) se desfilou; Marcelo Sereno (Secretário de Comunicação) também deixou o cargo; Paulo Rocha (Líder do PT na Câmara) renunciou ao mandato. O PT não foi o único atingido pela crise, pois o governo teve perdas no seu “núcleo duro”. O “ministro mais poderoso da República”²⁶ – José Dirceu – renunciou ao posto na Casa Civil e teve o mandato de Deputado cassado; Luiz Gushiken, Ministro da Secretária de Comunicação, perdeu o “status” de ministro. Até o presidente Lula sofreu as seqüelas do período, chegando a receber o significativo número de 16 pedidos de *impeachment* relacionados ao “mensalão”²⁷ (BRAGON, 2006, p. A6).

A crise em torno do PT foi além das denúncias do “mensalão”. O Partido também esteve no centro da polêmica no episódio dos “dólares na cueca”. José Adalberto Vieira, na época assessor do deputado estadual José Guimarães (PT-CE), acabou preso quando tentava embarcar de São Paulo para Fortaleza com R\$ 200 mil numa mala e US\$ 100 mil escondidos na cueca. O episódio do “dólar na cueca” e também o “mensalão”, ambos protagonizados por petistas vinculados ao Campo Majoritário, foram levados para o debate interno durante o Processo de Eleições Diretas (PED) do PT. As tendências da esquerda aproveitaram o momento de denúncias contra os dirigentes do Partido atrelados ao Campo Majoritário para

²⁵ Tarso Genro, na condição de presidente do PT, afirmou que o Partido errou ao assumir “uma postura até um pouco arrogante como se fôssemos monopolistas dessa ética” (SEABRA, 2005).

²⁶ O deputado Júlio Delgado (PSB), autor do relatório de cassação do mandato de José Dirceu, proferiu a seguinte frase na sessão que cassou os direitos políticos de Dirceu: “Este é o processo de cassação do ministro mais poderoso da República” (FORTES, 2005, p. 27).

²⁷ No período de três anos e cinco meses no exercício da presidência, Lula recebeu mais pedidos de *impeachment* do que FHC nos oitos de gestão (1995-2002). FHC foi alvo de 22 pedidos de *impeachment* em oito anos, enquanto Lula havia recebido 26 representações até o dia trinta de maio de 2006. Desse número de 26 representações contra Lula, 16 estavam relacionadas ao “mensalão” (BRAGON, 2006, p. A6).

tirar proveito nas eleições internas. As acusações de corrupção contra a cúpula do PT tornaram o resultado do PED algo imprevisível²⁸.

Hoje [21/08/05] nem os mais convictos otimistas do Campo Majoritário crêem na possibilidade de uma vitória no primeiro turno, como se previa há menos de três meses. E, num segundo turno, temem a aliança entre representantes de correntes atuantes e disciplinados no partido – como Raul Pont (Democracia Socialista) e Valter Pomar (Articulação de Esquerda) – e um candidato como Plínio de Arruda Sampaio, membro histórico do PT e que pode seduzir a militância “independente” (ALENCAR; ZANINI, 2005).

A política econômica do governo foi um tema bastante discutido dentro do PT no período do PED. Todos os candidatos à Presidência do Partido faziam críticas, em graus diferentes, aos rumos dessa política. Enquanto o candidato do Campo Majoritário (Ricardo Berzoini) defendia mudanças pontuais na aplicação da política econômica, os candidatos da esquerda responsabilizavam tal política pela crise que o governo e o Partido viviam. O deputado federal Ivan Valente assume postura nesse sentido: “A política econômica é a mãe de todos os erros do PT. O desastre partiu daí. Uma política econômica conservadora pediu uma governabilidade conservadora que levou ao fisiologismo e a aliança com os partidos que têm marcas de corrupção” (JUNQUEIRA, 2005).

O governo Lula ficou sob constantes bombardeios de denúncias no período entre junho e setembro de 2005. No mês de junho veio a público a entrevista de Roberto Jefferson que abriu as comportas da crise; no mês de setembro ocorreu a renúncia de Severino Cavalcanti e com ela surgiu a oportunidade do governo organizar a base aliada no Congresso. Lula optou por escolher um nome fora do PT para ser o candidato do governo na disputa da Câmara porque “avaliou-se que o PT não se uniria e que qualquer candidato do partido seria derrotado” (CANTANHÊDE, 2005). Parlamentar de confiança do governo e pertencente a um partido pequeno, Aldo Rebelo (PC do B-SP) se tornou o candidato de Lula à Presidência da Câmara. Quando Ministro da Coordenação Política do governo, Aldo Rebelo amargou significativas derrotas nas negociações com o Congresso. Por meio do ministro Luiz Gushiken e do líder petista na Câmara (Paulo Rocha), o PT pressionou publicamente pela saída de Aldo Rebelo da pasta de articulação política.

Com a renúncia de Severino Cavalcanti no dia 21 de setembro, setores da oposição e da situação aceleraram o passo na corrida pela sucessão. Surgiram cinco

²⁸ Os moderados do PT, organizados no Campo Majoritário, venciam as eleições internas da sigla com uma margem de diferença bastante significativa nas edições anteriores. Com os escândalos envolvendo petistas do Campo Majoritário, a disputa do PED ficou mais competitiva e o resultado incerto.

candidatos para ocupar a vaga de Severino na Presidência da Câmara: Aldo Rebelo (PC do B), José Thomaz Nonô (PFL), Ciro Nogueira (PP), Antônio Fleury Filho (PTB) e Alceu Collares (PDT). O primeiro turno da eleição terminou com 182 votos tanto para Aldo quanto para Nonô, colocando em evidência a disputa governo versus oposição. Durante apuração do segundo turno o candidato Aldo não foi ultrapassado por Nonô em nenhum momento, mas o placar permaneceu o tempo todo apertado e chegou a ter empate em 213 a 213. Aldo venceu com uma diferença de apenas 15 votos (258 a 243). Esse confronto do governo com a oposição e a conseqüente vitória dos aliados na Câmara representou a retomada da organização do bloco governista no Congresso. O próprio governo ganhou fôlego para sair da crise política.

“Na verdade estava tudo muito solto e em meio a uma grande crise. Com essa eleição [da Câmara] o governo que estava como um barco desgovernado na sua relação com o Congresso parece ter assumido o controle do leme”, registrava o deputado Maurício Rands (PT-PE) (ROVAL, 2005, p.16).

O quarto ano do governo Lula é tomado pelo debate eleitoral. O PT aponta como prioridade nas eleições 2006 a reeleição do Presidente Lula, podendo inclusive “sacrificar” algumas candidaturas nos estados. O ponto de divergência dentro do Partido consistia na discussão sobre quem seriam os partidos componentes da aliança nas eleições presidenciais. A esquerda do PT condenava a parceria com os partidos do “mensalão” (PP, PTB e PL), enquanto os moderados defendiam “uma aliança ampla”. A obrigatoriedade da verticalização das alianças acabou por dificultar a formação de uma coligação com todas as siglas da base de sustentação do governo. A maior parte dos partidos preferia a condição de apoio informal, pois assim poderiam fazer nos estados as coligações desejadas.

É nesse quadro de debate pré-eleição que o governo perde mais um dos principais ministros. Dessa vez o Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, se tornou alvo de denúncias de corrupção que o levaram a sair do cargo. Durante a “crise do mensalão” o ministro Palocci acabou fortalecido com os bons números da economia, tornando-se inclusive a “principal âncora de credibilidade e estabilidade do Planalto” (FIRMO, 2006, p. 24). O estopim para saída de Palocci do governo foi a quebra do sigilo bancário do caseiro que desmentiu o ministro na CPI dos Bingos. Com a queda de Palocci, o PT teve mais uma perda significativa.

Em junho de 2005, o inferno astral que se abateu sobre os petistas com o estouro do caso “mensalão” não abalou Palocci. Pelo contrário. Com José Dirceu demitido e uma dança das cadeiras que mudou a cara do PT e do primeiro escalão de Lula, o então ministro da Fazenda tornou-se a principal âncora de credibilidade e

estabilidade do Planalto. (...) Com a queda de Palocci, o antigo “núcleo duro” do governo chega ao fim (FIRMO, 2006, p. 24).

A substituição de Palocci por Guido Mantega suscitou especulações sobre a condução da política econômica. Tendo em vista a postura desenvolvimentista de Mantega, surgiram dúvidas se haveria mudanças no modelo aplicado desde o início do governo. Mantega, na primeira entrevista como Ministro da Fazenda, afirmou que seria mantida a mesma política econômica. A pressão por mudanças nesta política era oriunda de setores dentro e fora do governo.

Durante o primeiro semestre de 2006 alguns partidos aliados solicitaram a Lula que sinalizasse alguma mudança na orientação da política econômica para o segundo mandato. A idéia – encabeçada por PC do B e PSB, teve ainda o apoio do PT – consistia em lançar uma “nova Carta ao Povo Brasileiro” com a assinatura do Presidente Lula. O conteúdo do documento teria uma projeção do segundo mandato, indicando o desenvolvimento como prioridade ao invés da estabilidade econômica. Nesse sentido, esta “nova Carta ao Povo Brasileiro” proposta pela esquerda governista seria construída com um conteúdo oposto ao documento de 2002. Enquanto a Carta de 2002 visava acalmar o mercado internacional, a segunda Carta buscaria atender os movimentos sociais.

O presidente do PC do B afirma que a nova etapa de governo deve ter o desenvolvimento como meta. Para isso, os três partidos [PC do B, PSB e PT] defendem a queda gradual na taxa de juros, um superávit primário que não inviabilize investimentos públicos e taxa de câmbio equilibrada. Vão propor também as reformas política, urbana e tributária como prioridades (DELGADO, 2006, p. A4).

Ao contrário do que esses aliados desejavam, Lula inicia a campanha de 2006 com sinais de manutenção da política econômica num eventual segundo mandato. A palavra-chave de Lula era “estabilidade” e não o discurso esperado pelos partidos à esquerda do bloco governista.

Está vetada qualquer menção à adoção de um novo modelo econômico num eventual segundo mandato. (...) Lula fez a seguinte promessa econômica para um segundo mandato: “crescimento acelerado com estabilidade; e responsabilidade fiscal para manter a estabilidade” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2006, p. A16).

Lula concorre à reeleição com a coligação *A Força do Povo* composta por PT, PC do B e PRB; informalmente havia o apoio do PSB, PL, PTB e uma parte do PMDB. Assim como nos pleitos presidenciais de 94, 98 e 2002, novamente ocorreu a polarização PT versus

PSDB. Geraldo Alckmin, principal concorrente de Lula, continha na coligação PSDB e PFL – o PPS e parte do PMDB davam apoio informal. Outros dois candidatos que ganharam destaque na disputa foram Cristovam Buarque (PDT) e Heloísa Helena (P-SOL); ambos dissidentes do PT.

Durante a campanha Lula é apontado como vencedor do pleito no primeiro turno em todas as pesquisas. Faltando duas semanas para votação, o cenário começa a mudar a partir da “crise do dossiê”. Petistas foram presos em São Paulo negociando a compra de dossiê contra Alckmin e José Serra; junto com os petistas havia o valor de R\$ 1,7 milhão. Fotografias do dinheiro foram divulgadas na imprensa pela Polícia Federal dois dias antes da eleição.

O primeiro turno terminou com 48,6% dos votos válidos para Lula (PT) e 41,6% dos votos válidos para Alckmin (PSDB), levando a disputa para segundo turno. Especialistas apontaram o escândalo do dossiê e a ausência de Lula nos debates como as principais causas para a prolongação do pleito (FOLHA ONLINE, 2006). No segundo turno das eleições, movimentos sociais importantes do país saíram da condição de “neutralidade” para fazer campanha para Lula. A Marcha Mundial das Mulheres no Brasil (MMM), União Nacional dos Estudantes (UNE), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) foram às ruas “para não permitir o retorno da direita ao poder”. Apesar das várias ressalvas ao governo Lula, esses movimentos sociais temiam uma situação pior no país com a vitória de Alckmin (PSDB) – identificado como representante da direita (BRASILINO, 2006, p.2).

As eleições presidenciais de 2006 terminaram com a reeleição do Presidente Lula: 60,8% dos votos válidos. Pesquisas do IBGE e do Datafolha indicavam bons números vinculados ao mandato do petista. Com base em dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), pesquisa do IBGE divulgada em setembro (2006) mostrou que a pobreza no país diminuiu 19% na gestão Lula. Segundo pesquisa Datafolha, divulgada no dia 25 de outubro de 2006, Lula detém o recorde de avaliação positiva de um presidente da República no Brasil: 53% da população classificam como boa ou ótima a gestão de Lula (FOLHA ONLINE, 2006). A seguir vou abordar, de forma mais sistemática, a postura das esquerdas e as correspondentes avaliações sobre o governo Lula.

4. TESES DAS ESQUERDAS SOBRE O GOVERNO LULA

A dinâmica da relação entre o governo Lula e os partidos de esquerda é marcada por um incessante movimento de convergências e divergências. No início de 2003, havia a convicção entre os apoiadores do governo de que o primeiro momento da gestão seria de “transição” e esforço para superar a “herança maldita” do governo tucano. Esse esforço de superação implicava em adotar uma orientação macroeconômica ortodoxa com vistas a organizar as contas do país e acalmar o “mercado”. Contraditoriamente, tal fórmula do governo Lula significava repetir as medidas de Fernando Henrique Cardoso na área econômica – uma política que preza pela estabilidade em detrimento do desenvolvimento.

O tempo passa e o governo não sinalizou qualquer modificação na condução da macroeconomia, acirrando os ânimos dos partidos de esquerda na base governista. Outro fator que colaborou na promoção dos conflitos foi a votação da reforma da previdência; o projeto do governo guardava semelhanças com o da era FHC. Na condição de oposição ao governo federal, PT e demais aliados barraram a aprovação dessa reforma e de outras. Sob a tutela do governo Lula, o PT sofreu o desgaste da votação da reforma. O episódio da reforma da previdência culminou na expulsão de alguns parlamentares da esquerda do PT e a posterior formação do P-SOL. Este partido ainda cresceu no Congresso após a crise do mensalão ao receber parlamentares descontentes com os rumos do PT.

Na trincheira da oposição no Congresso se juntaram ao P-SOL o PDT e o PPS, ambos romperam com o governo Lula alegando o continuísmo na política econômica. Com essas rupturas o quadro político no campo da esquerda assumiu os seguintes contornos: na base de apoio do governo permaneceu o PT, PSB e PC do B durante todo o mandato de Lula; P-SOL, PDT e PPS assumiram o papel de oposição de esquerda no Congresso; PCB e PSTU, partidos sem representação parlamentar, também fizeram oposição – PCB saiu do governo em 2005 e o PSTU se colocou contrário desde o início. Esses dois blocos (aliados e opositores) construíram teses avaliativas sobre o governo Lula que serviam para justificar as posições diante da gestão petista. O bloco governista levantou a tese do “governo em disputa” e o bloco opositor produziu a tese do “governo traidor”. A seguir, abordo as duas teses do campo da esquerda, os agentes construtores delas e os elementos que as fundamentam.

4.1. “Governo em disputa”

No início do governo, a ampla maioria da esquerda que se reconhecia na tradição socialista, incluindo tanto as tendências da esquerda do PT como o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e os movimentos sociais, adotam a tese do governo em disputa. A idéia é simples: o governo estaria dotado de uma grande quantidade de contradições internas, na medida em que seria composto de setores da esquerda e da direita, ou seja, setores com interesses diferentes. Portanto, a hegemonia seria dada a partir da disputa: os interesses que pressionassem com mais força o governo determinariam seu rumo (POMPÊO, 2007).

As relações entre o governo Lula e a esquerda de situação tiveram vários momentos de “altos” e “baixos”. Aos olhos de Simmel uma aliança com conflitos é algo que reflete a realidade, pois para ele não há união “pura”. Cito-o: “Um grupo absolutamente centrípeto e harmonioso, uma união ‘pura’ (*Vereinigung*) não só é empiricamente irreal, como não poderia mostrar um processo de vida real” (SIMMEL, 1993, p.124). Os partidos de esquerda componentes da base governista expressavam publicamente as discordâncias com a gestão do Presidente Lula, porém não havia sinais de ruptura na coalizão. Na condição de aliados e ao mesmo tempo críticos pontuais do governo, a esquerda do PT, o PC do B e o PSB justificaram a permanência no bloco governista a partir da tese, sintetizada na expressão “governo em disputa”, de que havia forças políticas com interesses opostos e em disputa pelos rumos da gestão.

Um elemento central para entender a construção dessa tese consiste na composição do governo Lula. Para Vianna, o PT inovou na política ao instituir o “Estado como um lugar de condomínio aberto a todas as classes e principais grupos de interesses” (2007, p. 50). Forças sociais contraditórias entre si foram levadas para composição do governo, formando o que Vianna chamou de Estado de compromisso – ao invés do lugar da representação de um interesse em detrimento de outro, há um Estado que se apresenta como lugar de todos os interesses. As forças sociais e segmentos que se opõem na sociedade levam suas disputas para esfera do Estado (VIANNA, 2007).

O caráter do governo como condomínio entre contrários encontra sua expressão paradigmática nas relações entre o capitalismo agrário e os trabalhadores do campo, aí incluindo o MST, ambos ocupando, pelas suas representações, posições fortes na administração. Os duros e constantes conflitos que os envolvem, no terreno da sociedade civil, em torno de questões que vão da propriedade da terra ao uso de transgênicos na agricultura, não têm impedido a permanência dos seus representantes no governo. (...) A mesma relação com idênticas conseqüências, se reitera no caso das lideranças empresariais e sindicais com assento em ministérios,

em litígio aberto na sociedade civil no que se refere a questões previdenciárias, da legislação trabalhista e da sindical (VIANNA, 2007, p.50-51).

O presidente do PC do B, Renato Rabelo, numa das suas primeiras avaliações sobre o governo apontava quais os ministérios “desenvolvimentistas” e os “conservadores”. Para ele, estavam sob orientação desenvolvimentista os ministérios da Ciência e Tecnologia, das Minas e Energia, da Integração Nacional e do Planejamento. O Banco Central e o Ministério da Fazenda, maiores responsáveis pela política macroeconômica, eram situados por Rabelo no campo dos “conservadores” (RABELO, 2003a). A esquerda do PT e o PSB também compartilhavam da mesma avaliação no que concerne ao Banco Central e a Fazenda. Isto porque os fundamentos da política econômica aplicada eram os mesmos que esses partidos combatiam na gestão anterior – superávit primário elevado, combinações de juros altos com dólar desvalorizado, altos tributos e outros pontos.

Os mecanismos ortodoxos utilizados na macroeconomia não ocasionaram grandes atritos entre a esquerda de situação e o governo no primeiro ano de gestão. O fato de o governo Lula ter origem num momento de vulnerabilidade externa fazia com que esses setores da esquerda tivessem cautela na crítica da política governamental. As vésperas de iniciar o novo governo, César Benjamin (2002) descrevia o quadro nacional com números pessimistas quanto ao futuro do país: havia o maior índice de desemprego registrado, massa salarial em queda livre há mais de um ano, crescimento da economia oscilando em torno de zero, taxa de juros entre as duas ou três maiores do mundo, dívida interna líquida de R\$ 800 milhões, desnacionalização da base produtiva, diminuição das exportações e pagamentos previstos aos credores internacionais numa média de US\$ 100 milhões por semana (BENJAMIN, 2002).

Como não havia qualquer pretensão de ruptura com os contratos vigentes por parte do governo (basta lembrar da polêmica “Carta ao Povo Brasileiro”, de 2002), o caminho que restava para superar o delicado momento de vulnerabilidade consistia na execução de uma política econômica dentro dos marcos estabelecidos nos contratos com os credores internos e externos. A palavra de ordem nos círculos governistas, inclusive entre os aliados à esquerda, era de que o governo estava assumindo a agenda ortodoxa apenas temporariamente para superar a “herança maldita” do governo FHC. O início do governo Lula seria de “transição” para um modelo de desenvolvimento capaz de ultrapassar o neoliberalismo – avaliava os setores da esquerda engajadas no governo.

Quando eleito, Lula – representando novas forças políticas e sociais, democráticas e progressistas – encontrou o país em situação extremamente grave. (...) Essa herança maldita deixada pelo governo neoliberal de FHC condicionou fortemente o início do mandato do Presidente Lula, levando-o a concentrar seus esforços na área econômico-financeira para contornar o perigo de um colapso (PC do B, 2006).

A “herança maldita” serviu como elemento para justificar a política econômica posta em prática pelo governo Lula; foi útil também no sentido de conter eventual “fogo amigo” contra área econômica. O Ministério da Fazenda, mesmo tendo a frente um petista, deu prosseguimento à política ortodoxa até o final do mandato. A “transição” passageira para um modelo pós-neoliberal não encontrou eco na prática. Diante desse quadro, as esquerdas no governo passaram a pressionar pela mudança de rumos da orientação macroeconômica.

(...) se num momento inicial, diante do legado de crise recebido e em relação ao nível de forças existente, admitia-se até a utilização de uma política macroeconômica ortodoxa, esta orientação não pode ser permanente (RABELO, 2003b).

Seria aceitável a atual política econômica como tática de curto prazo, como meio subordinado a um determinado objetivo, e não como estratégia – não como fim. (...) Ou, por outras palavras: quais os setores de nossa sociedade que se estão beneficiando com a atual política? Ela favorece a distribuição de renda ou a concentração de riqueza? Na verdade, em nome do saneamento das finanças estamos aumentando a exclusão social (AMARAL, 2005a).

Por um lado, os partidos aliados de esquerda se colocaram como críticos permanentes da gestão macroeconômica; por outro lado, eles foram defensores dos rumos da política externa e dos empreendimentos de orientação desenvolvimentista. As ações do governo Lula no sentido de fortalecer os laços diplomáticos com países da América Latina e a participação no G-20 teve boa aceitação nas esquerdas; outro ponto bem avaliado foi a retomada do papel do Estado no processo de desenvolvimento. Assim, as esquerdas aliadas se sentiam representadas por alguns setores do governo e por outros não. Esses partidos apoiavam a iniciativa governamental no que toca a política externa e de desenvolvimento, porém condenavam a gestão macroeconômica. Essa situação levou as esquerdas a considerarem que o governo evidencia um “processo contraditório” em virtude do teor das suas políticas.

O PC do B caracterizou desde o início o governo Lula como um governo de dualidade, devido a seu duplo compromisso de mudança e de continuidade, expresso sobretudo na Carta aos Brasileiros. (...) Nestes dois anos o governo real assume uma fisionomia marcante – internamente, pratica uma política econômica ortodoxa; externamente, adota uma política diplomática e comercial avançada (RABELO, 2004).

Os partidos de esquerda situados no bloco governista consideravam que a “dualidade” característica do governo Lula era fruto da correlação de forças dentro da gestão. Na perspectiva desses setores, a melhor alternativa para superar o caráter dual do governo era pressioná-lo por dentro com vistas ao um novo modelo de política econômica. Estava descartada então uma ruptura como tática de pressão. O texto abaixo, de Renato Rabelo, aponta nesta perspectiva.

A atual realidade política não comporta outro caminho para esquerda: a mudança passa pelo governo Lula. (...) Diante da experiência deste primeiro ano de governo, o partido deve aprimorar seu papel de força conseqüente na definição e aplicação do projeto nacional alternativo, ou seja, apoiar e aprofundar a nova política externa de afirmação da soberania nacional; reunir forças fortalecendo o núcleo patriótico e progressista, aglutinando o centro do espectro político e neutralizando setores indecisos no sentido de redirecionar a política econômica para o viés do desenvolvimento (...) (RABELO, 2003b).

Essa perspectiva de tensionar por dentro do governo também é assumida pelo PSB e pela esquerda do PT, embora o caso deste último partido se mostre mais complexo. Roberto Amaral, numa de suas avaliações sobre o governo Lula, afirmou a necessidade das esquerdas influírem na correlação de forças.

(...) a esquerda socialista cumpre papel fundamental no apoio ao governo do Presidente Lula; é seu dever histórico fortalecer sua presença na coalizão da base de governo para assim poder influir na condução política, lutando pela hegemonia interna; a esquerda socialista não pode descuidar da necessidade de ampliação de apoio interno e social com vistas a assegurar, na correlação de forças estabelecidas, o avanço das correntes mudancistas; (...) (AMARAL, 2005b).

A tese do “governo em disputa” não foi objeto de discurso apenas das organizações partidárias. Movimentos sociais importantes do país também se colocaram como agentes que deveriam influenciar os rumos do governo. De acordo com Pompêo (2006), grupos como CUT, UNE e MST cumpriam o papel de fazer a disputa do governo “pela esquerda”. O caso das tendências e organizações de esquerda inseridas no PT apresentava um cenário distinto. Como o PT estava na condição de força política dirigente do governo, essas tendências (Democracia Socialista, Articulação de Esquerda e outras menores) consideravam necessário disputar os rumos do Partido e do governo. O momento no qual as disputas internas dentro do PT foram mais acirradas se deu no Processo de Eleição Diretas (PED) de 2005. Nesta oportunidade, a esquerda do PT juntou forças no segundo turno do PED e perdeu por uma pequena diferença para o candidato do Campo Majoritário. O mote da esquerda do

PT na campanha do PED consistia em disputar os rumos do partido para levar a cabo as mudanças do governo.

(...) 1) o PT ainda é o melhor espaço tático para o embate antineoliberal, porque as proporções da sua enorme base social permitem uma maior e mais potente unidade da esquerda; e 2) a incidência da disputa sobre os rumos do governo deve deslocar-se para o partido, numa íntima articulação com as mobilizações sociais. (...) Uma tática de disputa mais acirrada dos rumos do governo Lula, deslocando o palco central desse embate para o PT, o Parlamento e a mobilização social. Tão equivocado quanto sair do PT, será uma disputa amuada e apenas por dentro do governo (MACHADO; NEVES, 2005, p.4).

Esse quadro de apoio e ao mesmo tempo crítica permanente entre o governo Lula e setores da esquerda – PT, PC do B e PSB – perdurou por todo o mandato (2003-2006). Apesar de considerarem o governo muito tímido no que toca ao avanço do neoliberalismo, tais partidos não abandonaram o “barco”. Preferiram “fazer a disputa do governo”, colocando muitas vezes em conflito a militância e os parlamentares contra a orientação da cúpula partidária. A tese do “governo em disputa” serviu como fundamento ideológico para permanecer num governo que não correspondeu a todos os anseios.

4.2. “Governo traidor”

Ao contrário da esquerda partidária – PT, PC do B e PSB – que “disputava” os rumos do governo, o campo político empenhado na tese do “governo traidor” apresentava composição bem heterogênea. As forças políticas componentes deste campo eram as seguintes: PDT, PPS, P-SOL, PCB e PSTU. Apesar do discurso em comum e da postura de oposição ao governo Lula, havia uma divisão nesse campo. De um lado o PDT e o PPS organizavam seminários em conjunto e até cogitaram a possibilidade de fusão com o objetivo de alcançar a cláusula de barreira nas eleições 2006. De outro lado, o P-SOL, PCB e PSTU participavam das mobilizações contra o governo; a aproximação entre os três levou a formação da *Frente de Esquerda* nas eleições presidenciais de 2006, alcançando o terceiro lugar no primeiro turno com a candidata Heloísa Helena.

É importante frisar que três desses partidos de oposição fizeram parte da base aliada do governo Lula. O PDT rompeu com apenas um ano de governo; o PPS permaneceu dois anos na base aliada; o PCB foi para oposição depois de dois anos e três meses. Existe

ainda o caso do P-SOL, partido fundado no decorrer do governo e cuja base social e parlamentar também dava sustentação ao Presidente Lula. Assim, apenas o PSTU não participou em nenhum momento da gestão petista. É no campo da oposição que ocorreu a aproximação entre esses partidos e então ganhou força a tese de que o governo Lula “traiu” os setores historicamente defendidos pelas esquerdas.

O principal fator para entender a construção da referida tese consiste na política econômica aplicada pelo governo. Esta política se tornou o ponto comum de críticas do conjunto das esquerdas e alvo inclusive de grandes marchas em Brasília. Entre os dois blocos das esquerdas a avaliação corrente era de que o governo Lula mantinha e até aprofundava o modelo econômico da gestão FHC – elevação do superávit, as altas taxas de juros, os cortes no Orçamento da União, a independência do Banco Central, câmbio flutuante e outros elementos no âmbito macroeconômico. Diversas forças políticas apoiaram Lula nas eleições 2002 com a perspectiva de que ele mudaria esse quadro na política econômica para destravar o desenvolvimento do país. A promessa não foi cumprida e então ocorreu uma migração de parte das esquerdas para a oposição.

Alguns parlamentares e partidos de esquerda não romperam com o governo sem antes fazer a “disputa” por dentro dele. Este foi o caso do PCB que caracterizou o governo Lula como um “governo em disputa” durante dois anos. Na ocasião do XIII Congresso Nacional do PCB, este partido decidiu pela ruptura com a gestão lulista por avaliar que havia acabado “a possibilidade de disputa em seu interior”. Para o Partidão, o “grande capital financeiro foi vitorioso na decantada disputa”. O governo Lula, continua o PCB, “tem sido instrumento ideal da burguesia brasileira para o desmonte do precário conjunto de garantias sociais existentes no Brasil” (PCB, 2005).

Parlamentares da esquerda do PT deixaram a sigla e romperam com o governo alegando razões semelhantes ao caso do PCB. Nesta situação me refiro aos deputados federais que saíram do PT em 2005 para ingressarem no P-SOL em virtude do descontentamento com os rumos do governo Lula e do PT. A esquerda do PT se empenhou durante todo o mandato de Lula em pressionar o governo com vistas a reorientar a política econômica e outras políticas governamentais. As consecutivas derrotas no Congresso desse setor parlamentar e a crise ética do PT nos idos de 2005 fizeram com que vários ativistas e parlamentares buscassem o P-SOL como opção. O então deputado federal, pelo Estado do Ceará, João Alfredo é um exemplo dos descontentes da esquerda petista. Na sua *Carta Aberta*, texto no qual explica as razões da desfiliação do PT e o ingresso no P-SOL, João Alfredo afirma que a esquerda partidária perdeu quase todos os embates no Congresso: Reforma da Previdência,

liberação dos transgênicos, nova lei de falências, blindagem de Henrique Meirelles, reajuste do salário-mínimo e sobretudo na manutenção e aprofundamento da política econômica (ALFREDO, 2005). Numa entrevista a Marcelo Salles o ex-parlamentar reafirma seu descontentamento:

Disputamos lei de falências, disputamos reforma agrária, disputamos meio-ambiente. E perdemos quase todas. E chegava um ponto de cair na real e entender que o governo Lula tinha feito uma escolha e essa escolha não era a transformação social. (...) Segue a mesma política econômica [de FHC] e a mesma política de alianças com os partidos de centro-direita, com o PL, com o PTB, com o PMDB. Então, é um governo de continuidade, no essencial. Embora aqui e acolá, em alguns setores possa haver gestores comprometidos com alguma mudança. Mas essas ações acabam sendo anuladas pela política econômica (ALFREDO *apud* SALLES, 2005).

A esquerda do PT não era o único setor explicitamente descontente com a macroeconomia. A política econômica foi o elemento central na ruptura das esquerdas com o governo. As razões colocadas pelo PCB, PDT e PPS para se desligarem da base aliada tinham em comum a posição contrária ao modelo econômico. A resolução do PDT que declarou a “independência” do partido em relação ao governo lista os seguintes pontos para justificar a decisão: as reformas retiram direitos dos trabalhadores; governo revelou-se algoz do funcionalismo; política econômica de privilégio ao capital financeiro; reforma agrária estagnada; subserviência aos ditames do FMI; arrocho salarial e outros. Leonel Brizola, na época Presidente Nacional do PDT, escreveu duros textos contra o governo Lula. Para Brizola, o governo “traía” o povo porque seguia os caminhos da gestão tucana.

Desde o primeiro dia de governo, avançaram impiedosamente pelos mesmos caminhos de Fernando Henrique e mais além que este. Diante da perplexidade de todos nós, que o apoiamos, foi cometendo, uma a uma, um rosário de traições à população. Aumentar juros, cortar os gastos sociais, perseguir o funcionalismo e os aposentados, em tudo o governo Lula vem sendo mais drástico que o neoliberalismo *fernandista* ousava ser (BRIZOLA, 2003).

A esquerda de oposição também concentrou sua crítica na relação do governo com o FMI. Os cinco partidos – PDT, PPS, P-SOL, PCB e PSTU – afirmavam que o governo Lula era submisso ao FMI, contrariando uma reivindicação histórica das esquerdas. De acordo com Lemenhe, num texto escrito após dois anos da gestão petista, a negação feita por Lula à bandeira de ruptura com o FMI configurou-se num “ato de traição” para setores da esquerda. Cito-a:

Como se sabe, no Brasil, o desacordo radical à submissão da economia nacional aos interesses dos países hegemônicos orientou fortemente, desde meados do século XX, os discursos e as ações da esquerda brasileira aglutinada no Partido Comunista Brasileiro – PCB e no Partido Comunista do Brasil – PC do B e hoje persiste com força renovada, traduzida no “FORA FMI”, bordão que acompanha os movimentos de contestação aos interesses do capital mundializado e o neoliberalismo. Assim, os termos e argumentos da *Carta ao povo brasileiro* trouxeram surpresa e indignação às esquerdas em suas várias matizes, alinhadas nos vários partidos como PSTU (mais fortemente), PDT, PCB e segmentos do PT. A negação feita por Lula de uma antiga e sagrada bandeira de luta configurou-se como ato de traição (LEMENHE, 2006, p. 59).

A postura do governo de elevar o superávit e seguir as diretrizes do FMI na política reforçou a tese do “governo traidor”.

Os contratos com o FMI e a condução da macroeconomia não foram os únicos elementos responsáveis pelos conflitos entre o governo Lula e uma parte das esquerdas. Também entrou no rol dos elementos utilizados para reforçar a tese de “traição” a política externa, a composição dos ministérios, as reformas, os reajustes do salário-mínimo e outros aspectos de menor impacto. A política externa do governo Lula gerou controvérsias nos dois blocos das esquerdas. Para o PCB, o governo praticou uma política externa “dúbia e vacilante”: “Ao mesmo tempo em que corretamente ajudou Chávez em alguns momentos, diante da pressão norte-americana, manda tropas para o Haiti, a pedido do imperialismo, para garantir um governo fantoche” (PCB, 2006). PSTU e P-SOL tinham opinião diversa do PCB neste ponto. Esses dois partidos condenavam a política externa do governo, avaliando-a como submissão ao imperialismo. O envio de tropas brasileiras para o Haiti é o caso mais usado por essas forças políticas para denunciar a subserviência do governo Lula.

Outro aspecto que merece ser destacado na construção da tese consiste na composição dos ministérios. O campo da esquerda – inclui tanto os setores de oposição quanto os de situação – foi crítico permanente de algumas nomeações vinculadas aos setores financeiro e industrial. Constavam entre os nomes indesejados pelas esquerdas os seguintes ministros: Henrique Meirelles, ex-presidente mundial do Bank Boston, foi nomeado presidente do Banco Central; Luiz Fernando Furlan, na época presidente da Sadia e vice-presidente da Fiesp, se tornou Ministro do Desenvolvimento; Roberto Rodrigues, vice-presidente do Conselho de Empresários da América Latina e ligado ao agro-negócio, foi para o Ministério da Agricultura. Apesar da maioria dos ministérios estarem sob condução da esquerda de situação, o “núcleo central” dirigente da política econômica tinha um personagem vinculado ao setor financeiro internacional.

Além de colocar um banqueiro no BC, Lula ainda se comprometeu a dar autonomia ao Banco Central. Ou seja, os banqueiros decidirão tudo o que tem a ver com a moeda – taxa de juros e taxa de câmbio, por exemplo – e com a circulação de capitais, controlarão as reservas do país e o caixa do governo. (...) A chave do cofre está com a burguesia e as linhas mestras do plano econômico – amarrados ao acordo com o FMI – impõe a continuidade e o aprofundamento da política de FHC (FONTANA, 2003) ²⁹.

O primeiro escalão do governo Lula ganhou da esquerda de situação a interpretação do “governo em disputa” justamente por causa da diversidade de interesses representados nos ministérios. Esse mesmo objeto foi avaliado por ativistas do PSTU de maneira diferente. De acordo com Simon (2006) ³⁰, a presença de Meirelles, Furlan e Rodrigues nos ministérios significa que a “direita” não saiu do poder com a troca de governo. Contudo a gestão de Lula não representa um “governo burguês qualquer”. O mesmo Simon (ibid) caracteriza o governo como de “colaboração de classes”. Cito-o:

É um governo burguês a serviço dos banqueiros e do imperialismo. Mas não é um governo burguês qualquer, é uma frente popular, de colaboração de classes, por ter em seu comando lideranças dos trabalhadores. Com este “disfarce”, consegue impor derrotas mais duras à classe trabalhadora, exatamente por ter a confiança da mesma (SIMON, 2006, p. 09).

A divisão das esquerdas diante do governo não se restringiu a atuação parlamentar. O movimento social também ficou dividido. A primeira grande mobilização após a posse de Lula na Presidência foi em 2003, na greve do funcionalismo federal contra a reforma da Previdência. Em junho de 2004 ocorreu a marcha contra as reformas Sindical, Trabalhista e Universitária. Em novembro do mesmo ano houve dois atos em Brasília – um deles consistia na marcha contra as reformas Sindical e Trabalhista e o outro ato foi uma marcha puxada pelo MST contra a política econômica. O ano de 2005, marcado pela maior crise política do governo, se tornou palco de outras mobilizações. Em agosto deste ano, a esquerda de situação e setores do movimento social ligados ao governo foram à Brasília marchar em defesa do governo Lula e contra a corrupção e a política econômica. No dia seguinte a esta mobilização “realizou-se a marcha oposicionista, convocada majoritariamente pelo PSTU, Conlutas, P-SOL e outros grupos menores” (POMPÊO, 2006).

Do ponto de vista parlamentar, a esquerda de oposição não oferecia grandes prejuízos ao governo Lula. Afinal, apenas PDT, PPS e P-SOL possuíam parlamentares no Congresso e mesmo assim numa pequena quantidade. O trunfo dessas forças políticas

²⁹ Mariúcha Fontana é dirigente nacional do PSTU e editora do *Opinião Socialista*.

³⁰ Moisés Simon é membro do PSTU e escreve para o jornal *Opinião Socialista*.

consistia nas mobilizações de rua. Sobretudo o PSTU, PCB e P-SOL tinham expressão social nas diversas marchas realizadas em Brasília. Apesar da inferioridade numérica e eleitoral desses três partidos, a atuação deles no movimento social causava transtornos ao governo. A situação desses partidos – PSTU, PCB e P-SOL – lembra o que Sartori chamou de “minorias intensas”. Cito-o: “Seja como for, o fato inquestionável é que as minorias intensas têm um peso extra nos processos de tomada de decisão; sua intensidade compensa sua inferioridade numérica” (1994, p. 302). A oposição desses partidos ao governo se materializava mais no movimento social do que no Congresso.

A tese do “governo traidor” foi produzida a partir da avaliação de uma série de medidas da gestão Lula. A história do PT nos seus 22 anos de oposição no âmbito federal não condizia com as ações do PT governista. O PSTU foi precursor ao falar da “traição” de Lula e do PT, ganhando o reforço de outros agentes partidários com o decorrer do governo. A esquerda partidária empenhada na oposição ao governo Lula mostrou-se aguerrida na função de acusar o governo de “Traidor”. Tal postura difere bastante da oposição desempenhada por PSDB e PFL no Congresso. Afinal, estes dois partidos colaboraram com o governo em muitas votações, mesmo não deixando o papel de oposição. A peculiaridade da esquerda de oposição reside em trazer à tona o discurso de que a esquerda no governo deixou de lado as bandeiras de defesa da classe trabalhadora e dos excluídos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O governo Lula certamente inaugurou um quadro político completamente novo no país. Pela primeira vez no Brasil pós-regime militar um conjunto de forças políticas do campo da esquerda passou a governar o país a partir da vitória de Lula nas eleições 2002. Sob a hegemonia do PT, o novo governo agregou diversos setores da sociedade. Acerca deste aspecto Vianna (2007) afirma que o governo Lula inovou do ponto de vista político ao compor o Estado com classes e grupos de interesses opostos. No âmbito da macroeconomia, continua o autor, prevaleceu a “linha de continuidade com a política econômico-financeira do governo anterior” (2007, p.50).

Lula foi eleito com o apoio de vastos setores da esquerda partidária e social. CUT, UNE, MST e vários outros movimentos sociais fizeram campanha para o candidato petista. O desenrolar da gestão acabou afastando uma parcela dos movimentos e partidos situados à esquerda. Dentre os motivos que levaram ao afastamento e até a ruptura com o governo Lula, a condução da macroeconomia apareceu como fator preponderante.

Os agentes da esquerda partidária se relacionaram com o governo Lula orientados por duas teses. Um grupo – formado por PT, PC do B e PSB – permaneceu na base de sustentação do governo durante todo o mandato. Esses três partidos alegaram a necessidade de permanecer na base aliada para pressionar o governo a assumir um rumo progressista. A principal tarefa que esse setor da esquerda colocou para si consistia em promover uma reorientação do modelo econômico aplicado. O governo não cedeu às pressões e manteve a mesma condução da macroeconomia durante o quadriênio 2003-2006. A gestão Lula, mesmo a contragosto dos aliados, assumiu os pilares da agenda do governo tucano no plano econômico.

Vianna fala numa convergência “em matéria substantiva” dos rivais PT e PSDB, “tal como indicado nas votações estratégicas das reformas da Previdência, do Judiciário e Tributária, e na aprovação da lei das parcerias público-privadas” (2005, p. 21). Na perspectiva do autor em tela, a aceitação da política macroeconômica pelo PT tinha o intuito de neutralizar as elites econômicas, “em especial as do mundo das finanças, e apartá-las de prováveis rivais na sucessão de 2006” (ibid). Assim, o governo Lula preferiu agradar as elites financeiras mantendo a agenda tucana do que ceder aos anseios das esquerdas, ou seja, buscar uma alternativa de política econômica.

A esquerda de situação manteve com o governo uma relação de apoio e crítica, chegando em algumas circunstâncias a votar contra propostas de interesse do Presidente Lula. PT, PC do B e PSB se agarraram à tese do “governo em disputa” e nela sustentaram a postura de permanecer na base aliada. Outros partidos não recorreram à mesma tática de “disputar os rumos do governo” e debandaram em direção à trincheira da oposição. PCB, PDT e PPS se juntaram ao P-SOL e PSTU no papel de denunciar a “traição” do governo Lula. Estes cinco partidos, apesar das diferenças ideológicas, podem ser agrupados no mesmo “time” de defensor da tese do “governo traidor”. Essas forças políticas de oposição avaliavam que Lula e o PT abandonaram os compromissos de transformação social com a chegada ao governo. Tal perspectiva de “traição” do governo Lula foi gestada com base nas políticas governamentais, ganhando destaque a área macroeconômica.

Ambas as teses, gestadas no campo das esquerdas, destacam a política econômica do governo como algo prejudicial para os trabalhadores. O trato mais cuidadoso por parte dos partidos e governo ao debate econômico se deve a “alta legitimidade popular do tema da estabilidade monetária, recomendando prudência nas relações com o sistema financeiro” (VIANNA, 2005, p. 19). Em busca da estabilidade, o governo Lula não poupou esforços na retenção do recurso público, provocando cortes nos investimentos de áreas importantes. Esta situação revela mais um componente da agenda de país emergente (caso do Brasil): “desequilíbrio entre oferta e demanda de políticas públicas” (ABRANCHES, 2003). Quando era oposição, o PT fazia severas críticas e atuava no Congresso contra o modelo econômico que optou por aplicar ao assumir o governo. Outrora o candidato mais temido pelos mercados, Lula disputou a reeleição defendendo os resultados do governo mais conservador na economia desde a redemocratização do país (PATU, 2006, p. A12).

Essa gestão macroeconômica conservadora provocou rupturas na base aliada. A esquerda opositora avaliou que o governo Lula seguia os rumos da gestão tucana. Por isso a postura de oposição ao governo. E quanto aos partidos de esquerda da situação, por que eles ainda permaneceram na sustentação do Presidente Lula tendo em vista a insatisfação com a área econômica? A resposta destes partidos consistia em apostar na pressão por dentro do governo para mudar a condução macroeconômica.

Ambas as posturas tomadas pelas esquerdas, de oposição ou situação, trouxeram ônus e bônus para os agentes políticos. Os partidos da situação tiveram crescimento no número de filiados, de candidatos e na arrecadação de recursos. O bônus se entende também na obtenção de cargos, através dos quais os partidos podem cumprir sua “função governativa” – por meio dos ministérios os partidos podem viabilizar a realização das suas políticas

(MENEGUELLO, 1998, p. 27). Machado (2004) argumenta que os interesses materiais consistem num importante fator para explicar a participação de uma parte da esquerda no governo Lula, contudo uma série de considerações políticas acompanha esse primeiro elemento: “a preocupação com o possível isolamento social, político e, sobretudo, eleitoral a que o rompimento com o governo poderia levar”.

O ônus da esquerda de situação foi votar em projetos do governo que iam à contramão dos interesses das bases eleitorais (caso da reforma da Previdência, por exemplo). Inácio Arruda (PC do B-CE) sofreu significativo desgaste na campanha eleitoral de 2004 por ter votado nas polêmicas propostas do governo no Congresso. Já o ônus da esquerda que rompeu com o governo significou a perda dos cargos, a desfiliação de parlamentares e a menor possibilidade de expandir o partido. Como bônus pode-se destacar a livre orientação para votar no Congresso sem a pressão do governo; inclui ainda o fato de não sofrer desgaste porque não sustenta a política econômica da gestão petista.

A dinâmica de convergências e divergências entre os agentes deste trabalho permite perceber uma série de nuances da disputa política: (1) a esquerda opositora busca a todo custo desqualificar o PT como principal força política da esquerda no país; (2) a esquerda de situação reafirma sua postura em defesa dos mais necessitados e se apresenta como a “esquerda responsável”.

Como o PT é a principal agremiação na sustentação e condução do governo Lula, tal partido arcou com o ônus de ser responsabilizado pelos desencontros da gestão. A história de lutas da sigla e a estreita relação com os movimentos sociais fizeram do PT uma agremiação com características bastante singulares no Brasil. Este conjunto de fatores foi fundamental para tornar o PT o centro das críticas por parte da esquerda opositora. Minimizar ou então diminuir a influência do PT junto aos movimentos sociais significa abrir espaço para atuação de outras forças políticas de esquerda.

A esquerda de situação defende sua postura ideológica e ao mesmo tempo se coloca como o setor da esquerda partidária “responsável” porque atua no Estado em defesa dos trabalhadores. A esquerda de situação conduz a gestão sem qualquer menção a rupturas com os credores internos e externos, mantendo cautela na macroeconomia e sobretudo no controle da inflação. Para esquerda de situação não há incompatibilidade entre estar no governo Lula e manter a perspectiva de defesa dos trabalhadores, enquanto a esquerda opositora expõe o contrário: ficar no governo significa “trair” os trabalhadores e excluídos.

Apesar da política econômica pouco promissora para geração de empregos e das crises políticas enfrentadas pelo governo, Lula garantiu a reeleição. O segundo governo Lula

oferece a oportunidade de estudar e entender melhor essa dinâmica conflituosa entre as esquerdas e a gestão lulista. Afinal, observar de forma sistemática o desenrolar do segundo governo pode trazer à tona elementos para compreensão mais apurada da primeira experiência petista no âmbito federal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Sérgio H. Hudson de. Presidencialismo de Coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados-Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 31, n. 1, p. 5-34, 1988.

_____. Presidencialismo de Coalizão e Crise de Governança. In: TAVARES, José A. Giusti (org.). **O Sistema Partidário na Consolidação da Democracia**. Brasília: Teotônio Vilela, 2003, p. 75-82.

ALENCAR, Kennedy. Desgaste de Dirceu favorece ‘direita’ do PT. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 fev. 2004a. Brasil, p. A11.

_____. Lula e ministros discutem agenda contra crise. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 mar. 2004b.

_____. Não tem grilo nenhum com Palocci, diz Wagner. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 mar. 2004c.

_____. Lula cobra, e Genoino nega crítica à política econômica. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 09 mar. 2004d.

_____. Cúpula petista quer frear desgaste. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 jun. 2003. Brasil, p. A5.

_____. Má imagem do PMDB influenciou decisão de Lula. **Folha Online**, São Paulo, 21 dez. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u43809.shtml>>. Acesso em: 06 jul. 2006.

ALENCAR, Kennedy; ZANINI, Fábio. Dirceu vê cassação, mas quer sair do PT de ‘cabeça erguida’. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 ago. 2005.

ALFREDO, João. Carta Aberta. **Palavra Viva**, Brasília, 20 set. 2005. n. 08.

AMARAL, Roberto. **Ajuste social de longo prazo**. 18 dez. 2005a. Disponível em: <<http://www.psbncional.org.br/artigo.php?idM=21>>. Acesso em: 11 jan. 2008.

_____. **A esquerda socialista: impasses e alternativas**. 2005b. Disponível em: <<http://www.psbncional.org.br/artigo.php?idM=64>>. Acesso em: 11 jan. 2008.

BENJAMIN, César. O Enigma Lula: Fausto, Maquiavel ou Riobaldo? **Centro de Mídia Independente**, 19 set. 2002. Disponível em: < www.midiaindependente.org >. Acesso em: 15 abr. 2005.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2001.

BRAGON, Ranier. Sem máquina, oposição perde candidatos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 jul. 2004. Brasil, p. A10.

_____. Lula já recebeu mais pedidos de impeachment que FHC em 8 anos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 04 jun. 2006. Brasil, p. A6.

_____. Líder do PT faz mea culpa por assinar nota. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 04 abr. 2003a. Brasil, p. A8.

_____. José Dirceu agradece a ajuda da oposição para aprovar 1º emenda. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 04 abr. 2003b. Brasil, p. A8.

BRAGON, Ranier; KRAKOVICS, Fernanda. Pré-candidatos lideraram ‘rebelião governista’ contra salário menor. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 jun. 2004.

BRAGON, Ranier; ZANINI, Fábio. Governo enfrenta pesadelo e traição na noite dos severinos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 fev. 2005, p. A6.

BRASILINO, Luís. O que está em jogo nessa eleição. **Brasil de Fato**, out. 2006, p. 2.

BRIZOLA, Leonel. **O nome disto é traição**. 06 nov. 2003. Disponível em: <<http://pdt12.locaweb.com.br/paginas.asp?id=253>>. Acesso em: 10 jul. 2005.

CANTANHÊDE, Eliane. Candidatura foi definida por Lula, Sarney e Renan. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 set. 2005.

_____. Lula não tem projeto estratégico, diz PPS. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 04 mar. 2003. Brasil, p. A5.

COSTA, Raymundo. PT descarta PMDB e busca mais tempo na TV. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 jun. 2004, p. A9.

COUTINHO, Carlos Nelson. O Governo Lula ou o estreito fio da navalha. **Gramsci e o Brasil**, dez. 2002. Disponível em: < www.artnet.com.br/gramsci/arguiv244.htm >. Acesso em: 15 abr. 2007.

DELGADO, Malu. Dirigentes do PT, PC do B e PSB devem terminar hoje a “nova Carta ao Povo”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 01 jun. 2006. Brasil, p. A4.

DUAILIBI, Julia. PT manda bancada aprovar mínimo de R\$ 260. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 mai. 2004. Brasil, p. A7.

FARIAS, Lindberg. Palocci caminha para o isolamento. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 fev. 2003. Opinião, p. A3.

FIRMO, Érico. O fim do antigo “núcleo duro”. **O Povo**, Fortaleza, 28 mar. 2006. Política, p. 24.

FOLHA DE SÃO PAULO. Brizola quer PDT contra projeto e ataca ministro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 02 abr. 2003a.

_____. Radicais do PT criticam o comando do partido. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 dez. 2003b.

_____. Pires na mão. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 out. 2004.

FOLHA ONLINE. Lula é reeleito presidente do Brasil com mais de 57 mi de votos. **Folha Online**, São Paulo, 29 out. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u86105.shtml>>. Acesso em: 11 jan. 2008.

_____. Brizola oferece "vaga" no PDT para radicais. **Folha Online**, São Paulo, 29 abr. 2003a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u48476.shtml>>. Acesso em: 15 mai. 2005.

_____. PPS classifica reformas do governo Lula de "limitadas". **Folha Online**, São Paulo, 18 mai. 2003b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u49195.shtml>>. Acesso em: 12. jul. 2006.

____. Para Planalto, PDT já deixou a base. **Folha Online**, São Paulo, 04 jun. 2003c. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u49756.shtml>>. Acesso em: 12 jul. 2006.

____. Após três eleições, Lula chega à Presidência da República. **Folha Online**, São Paulo, 27 out. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u41521.shtml>>. Acesso em: 06 jul. 2006.

FONTANA, Mariucha. Ministério agrada "mercado" e FMI. **Opinião Socialista**, n. 143, 23 jan. a 05 fev. 2003.

FORTES, Leandro. José Dirceu no cadafalso. **Carta Capital**, 07 dez. 2005. p. 26-29.

FRAGA, Plínio. Governo Lula tem de ser mais eficaz, diz PT. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 dez. 2003. Brasil, p. A13.

FREIRE, André. **Esquerda e direita na política européia**: Portugal, Espanha e Grécia em perspectiva comparada. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

FREIRE, Silvia; ORNAGHI, Tiago; PEIXOTO, Paulo. Acordo PT-PMDB fracassa em capitais. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 01 jul. 2004, p. A6.

FUTEMA, Fabiana. PDT e PPS ameaçam votar contra autonomia do Banco Central. **Folha Online**, São Paulo, 07 mar. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u46738.shtml>>. Acesso em: 12 jul. 2006.

GENRO, Tarso. **Esquerda em processo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

GERCHMANN, Léo. PT pró-CPI é aliado de PSDB e PFL, diz Genoino. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 mai. 2005, p. A5.

GIDDENS, Anthony. **A Terceira Via**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

JUNQUEIRA, Caio. Petistas rejeitam acerto com PSDB para acabar com a reeleição. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 jul. 2005.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. Figurações de um Presidente: Lula traidor, companheiro, populista. In: MIRANDA, Júlia; PORDEUS Jr. Ismael; LAPLANTINE, François (orgs.). **Imaginários sociais em movimento: oralidade e escrita em contextos multiculturais**. Lyon, França: Universidade de Lyon 2 – Fortaleza, Brasil: Universidade Federal do Ceará – Campinas, Brasil: Pontes Editores, 2006.

MACHADO, Gilmar; NEVES, Gilberto. Unidade da esquerda, antes que seja tarde. **Democracia Socialista – Em Tempo**, p. 4, abr. 2005.

MACHADO, João. As eleições de 2002 e o significado do governo Lula - Uma contribuição ao debate dos desafios diante da esquerda brasileira. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 42, nov. 2004. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/042/42cmachado.htm>>. Acesso em: 11 jul. 2005.

MELO, M. Fiuza de. Dirceu diz que PT tem ‘humildade’ e precisa de ‘ajuda’. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 dez. 2002.

MENEGUELLO, Rachel. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MORAES FILHO, Evaristo (org.). **Georg Simmel: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1993.

NAVARRO, Silvio. PPS critica política econômica do governo e pede "mudanças reais". **Folha Online**, São Paulo, 27 jun. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u50598.shtml>>. Acesso em: 12. jul. 2006.

NICOLAU, Jairo. Eleições de 2004: polarização entre o PT e o PSDB? In: CORTEZ, Hugo; HERMANNNS, Klaus (orgs.). **Nordeste 2004: o voto das capitais** - análises interpretativas dos resultados eleitorais nas capitais do Nordeste. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Partido dos Trabalhadores: Resoluções de Encontros e Congressos (1979-1998)**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

_____. **Resoluções do II Congresso do Partido dos Trabalhadores**. Belo Horizonte, II Congresso do Partido dos Trabalhadores, 1999. Disponível em: <www2.fpa.org.br/portal/uploads/resolucoes.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2007.

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA. **Resolução de rompimento com o governo Lula**. Disponível em: <www.pdt.org.br>. Acesso em: 10 jul. 2005.

PATU, Gustavo. Frente contra Palocci recebe adesões entre petistas moderados. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 mar. 2004. Brasil.

_____. Lula é presidente mais ortodoxo em 20 anos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 09 jul. 2006. Brasil, p. A12.

PCB. Fora Alckmin! **Resistir.info**, Rio de Janeiro, Comitê Central do PCB, Resolução Política do Partido Comunista Brasileiro sobre o segundo turno das eleições presidenciais. 6 out. 2006. Disponível em: <http://www.resistir.info/brasil/fora_alckmin.html>. Acesso em: 18 jan. 2008.

_____. **Resoluções do XIII Congresso**. Belo Horizonte, 27 mar. 2005. Disponível em: <<http://www.pcb.org.br/>>. Acesso em: 28 fev. 2008.

PC DO B. **Reeleger Lula, renovar o compromisso com as mudanças e eleger os candidatos do Partido Comunista do Brasil**. Brasília, Convenção Nacional Eleitoral do Partido Comunista do Brasil, 29 jun. 2006. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/pcdob/documentos/notacc37.htm>>. Acesso: 17 jan. 2008.

_____. RESOLUÇÃO Nº 07/03 DO COMITÊ CENTRAL. **Portal Vermelho**, Brasília, 27 e 28 set. 2003. Disponível em: <<http://vermelho.org.br/pcdob/documentos/notacc14.htm>>. Acesso em: 17 jan. 2008.

POMPÊO, Flávio Sposto. As origens do P-SOL. **Revista Urutágua**, Maringá, n. 12, 2007. Disponível em: < <http://www.urutagua.uem.br//012/12pompeo.htm> >. Acesso em: 03 mai. 2007.

_____. Governo Lula, o novo partido e as saídas pela esquerda para a crise de 2005. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 57, fev. 2006. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/057/57pompeo.htm>>. Acesso em: 18 dez. 2007.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RABELO, Renato. Fortalecer a soberania no governo Lula. **A Classe Operária**. out. 2003a. n. 232. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/museu/classe/232/default.asp>>. Acesso em: 10 jul. 2005.

____. Reforçar a luta pela afirmação da perspectiva mudancista do governo Lula (Informe apresentado à 8ª Reunião Ordinária do Comitê Central, 12 a 14 de dezembro de 2003). **Portal Vermelho**, 19 dez. 2003b. Disponível em: <www.vermelho.org.br>. Acesso em: 10 jul. 2005.

____. A política macro econômica ortodoxa: maior obstáculo ao desenvolvimento (Intervenção de balanço anual na 28ª reunião da Comissão Política Nacional do PC do B). **Portal Vermelho**, 31 dez. 2004. Disponível em: <www.vermelho.org.br>. Acesso em: 11 jul. 2005.

RODRIGUES, Fernando; CABRAL, Otávio. PP, ex-PPB, anuncia apoio formal a Lula. **Folha Online**, São Paulo, 16 mai. 2003. Disponível em: <<http://www.folha.uol.com.br/>>. Acesso em: 11 jul. 2005.

SALLES, Marcelo. Entrevista: João Alfredo. **Fazendo Media**, Niterói, 04 dez. 2005. Disponível em: <<http://www.fazendomedia.com/novas/entrevista041205>>. Acesso: 06 dez. 2005.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada**: o debate contemporâneo. v. 1, [s. l.], Editora Ática, 1994.

SCHMITT, Rogério. Os partidos brasileiros no governo Lula. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 jan. 2004. Opinião, p. A3.

SEABRA, Catia. Crise pode levar país à anomia, diz Tarso. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 jul. 2005.

SILVA, Antonio Ozaí da. As origens e ideologia do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). **Revista Espaço Acadêmico**, n. 3, ago. 2001. Disponível em: <www.espacoacademico.com.br>. Acesso em: 15 abr. 2007.

____. II - O marxismo-leninismo: entre a negação e a afirmação da tradição stalinista - O Partido Popular Socialista (PPS). **Revista Espaço Acadêmico**, [s. d.]. Disponível em: <www.espacoacademico.com.br>. Acesso em: 15 abr. 2007.

____. Trabalho e Política - Ruptura e tradição na organização política dos trabalhadores (Uma análise das origens e evolução da Tendência Articulação – PT). **Revista Espaço Acadêmico**, n. 22, mar. 2003. Disponível em: <www.espacoacademico.com.br>. Acesso em: 15 abr. 2007.

SILVA Jr., Eduardo H. da Costa e. **De Lula-lá a Lula-light**: mudanças do discurso petista nas eleições presidenciais de 1989, 1994, 1998 e 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia)

– Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2005.

SIMON, Moisés. Votar em Lula é um mal menor? **Opinião Socialista**, São Paulo, 30 mar. a 12 abr. 2006. n. 253, p. 9.

SINGER, André. **O PT**. São Paulo: Publifolha, 2001.

ULHÔA, Raquel. PT cederá ministério ao PMDB, diz Dirceu. **Folha Online**, São Paulo, 29 mai. 2003. Disponível em: <<http://www.folha.uol.com.br/>>. Acesso em: 11 jul. 2005.

VIANNA, Luiz Werneck. A crise republicana e o estado de exceção. **Ciência Hoje**, out. 2005, n.220, p. 18-23.

_____. O Estado Novo do PT. **Política Democrática-Revista de Política e Cultura**, Brasília, jul. 2007, n. 18, p. 45-53.

VIANA, Natalia *et al.* Entrevista explosiva - José Dirceu. **Caros Amigos**, n. 106, p. 38-45, jan. 2006.

ROVAI, Renato. A história que levou Aldo à presidência da Câmara. **Revista Fórum**, out. 2005. n. 31, p. 14-17.

ZANINI, Fábio. PT quer José Alencar (PL) como seu "avalista". **Folha Online**, São Paulo, 16 jun. 2002a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33621.shtml>>. Acesso em: 29 jul. 2006.

_____. Surpreendente, PMDB vira meta prioritária de Lula. **Folha Online**, São Paulo, 29 out. 2002b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u41791.shtml>>. Acesso em: 06 jul. 2006.